

RELATORIO DE VIAGEM EM SINOP - MAIO 1984

Departamento de geografia
- UnB-
Universidade de Brasilia

Catherine AUBERTIN
Leonor BERTONE
Marilia Peluso de OLIVEIRA

RELATÓRIO DE PESQUISA EM SINOP

Í N D I C E

1 - APRESENTAÇÃO

1.1 - Introdução

1.2 - Cronograma

2 - A COLONIZAÇÃO PRIVADA EM MATO GROSSO

2.1 - Legislação em Vigor sobre Colonização

2.1.1 - O estatuto da terra

2.1.2 - A colonização particular

2.1.3 - O acesso à propriedade rural

2.2 - O Papel do Estado de Mato Grosso e do Incra

2.3 - Colonização Privada e Ocupação do Espaço

2.4 - O Projeto de Colonização do Grupo Sinop

2.4.1 - O projeto rural da Gleba Celeste

2.4.2 - As atividades de colonização

3 - EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

3.1 - Lavouras

3.1.1 - Arroz

3.1.2 - Mandioca

3.1.3 - Soja

3.1.5 - Café

3.1.6 - Pimenta do Reino

3.1.7 - Guaraná

3.1.8 - Seringueira

- 3.2 - Pecuária
- 3.3 - Crédito Rural
- 3.4 - Tendências

- 4 - EFEITOS INDUTORES

- 4.1 - A Construção Civil
- 4.2 - A Indústria da Madeira
- 4.3 - A Destilaria de Mandioca
 - 4.3.1 - História
 - 4.3.2 - Financiamento
 - 4.3.3 - A Usina
 - 4.3.4 - Parte Agrícola
 - 4.3.5 - O Abastecimento
 - 4.3.6 - Participação dos Pequenos Produtores
- 4.4 - Comércio e Serviços

- 5 - A CIDADE
 - 5.1 - O Projeto Urbano
 - 5.2 - Problemas de Infra-Estrutura Urbana
 - 5.3 - O Comércio Imobiliário
 - 5.4 - Os Migrantes
 - 5.6 - Situação Sócio Econômica dos Moradores de Sinop

- 6 - CONCLUSÕES

A N E X O SRELATÓRIOS DE ENTREVISTAS E ANÁLISES DE CADASTROS

- 1 - Criação de animais de pequeno porte
- 2 - Construção Civil
- 3 - Madeiras
- 4 - Serviços
- 5 - Comércio
- 6 - Entrevistas domiciliares
- 7 - Cadastro imobiliário
- 8 - Cadastro sócio-econômico urbano

1 - APRESENTAÇÃO

1.1 - Introdução

O trabalho que ora apresentamos deve ser encarado como um relatório de viagem, em fase preliminar, faltando ajustar as várias partes que o compõem num todo mais coerente.

Este relatório se integra num programa de pesquisa mais abrangente sobre as transformações espaciais do Centro-Oeste, que serão estudadas a partir das cidades e da pequena produção. Desta maneira, as pesquisas, tanto bibliográficas, quanto de campo ainda não terminaram, e os resultados presentemente obtidos são apenas uma etapa de estudos mais aprofundados, a serem realizados no futuro.

1.2 - Cronograma

Equipe da Pesquisa

- Catherine AUBERTIN (ORSTOM-UnB)
- Leonor BERTONE (UnB)
- Philippe LENA (ORSTOM-INPA-Manaus)
- Marília Peluso de OLIVEIRA (UnB)

Objeto da Pesquisa

Estudo do desenvolvimento e do papel regional de uma cidade nova, criada por uma empresa de Colonização no Centro-Oeste: SINOP.

Localização

Norte de Mato Grosso, no município de SINOP, às margens da Br-163, Cuiabá-Santarém, aproximadamente a 500 Km da primeira cidade e a 1.200 Km da segunda.

Financiamento da Pesquisa

- CNPq
- ORSTOM
- Embaixada da França
- Recursos próprios
- Apoio técnico da SUDECO e da colonizadora SINOP

Segunda, 14 de maio

- Chegada em Cuiabá;
- Contatos com o Dr. João TOMICH, encarregado do escritório da SUDECO;
- Contatos na Universidade Federal de Mato Grosso com o Professor Manuel PINTO do Departamento de Economia;
- Contatos no escritório estadual da EMATER.

- Terça, 15 de maio

- Chegada em SINOP
- Reunião na colonizadora SINOP com os senhores Theodor SCHWARZ (Seção Venda), Luiz Otávio Lomeiro de CARVALHO (Relações Públicas), Sadao WATANABE (engenheiro civil);
- Reunião na Prefeitura com o Secretário do prefeito, Sr. Jair FRESSON e o responsável do Escritório da EMATER, Sr. Carlos FERNANDEZ.

- Quarta, 16 de maio

- Consultas aos cadastros imobiliários e sócio-econômicos da cidade;
- Entrevista com o engenheiro-arquiteto da prefeitura e visitas às várias empresas ligadas ao setor da construção civil;
- Reunião na Cooperativa;
- Reunião na EMATER;
- Entrevista com o bispo D. Henrique;
- Entrevista na SELVAPLAN, empresa privada de apoio técnico;
- Visita e entrevista à empresa madeireira COIMAL, com os senhores Valdemar ANTONIOLLI e José Carlos HAAS;
- Entrevista na CIBRAZEM;
- Entrevista na Superintendência do Ministério da Fazenda;
- Entrevistas com comerciantes

- Quinta, 17 de maio

- Visita na área de derrubada de mata, explorada pelo Dr. HAAS, responsável da Associação dos Madeireiros de SINOP;

- Aplicação dos questionários familiares;
 - Visita à Prefeitura sobre o assunto da arrecadação no município;
 - Visita à ACIAGRES, Associação dos Comerciantes de SINOP;
 - Pesquisa no comércio;
 - Visita à Usina de Mandioca da SINOP AGROQUÍMICA S/A.
 - Visita à colonizadora SINOP.
- Sexta, 18 de maio
- Aplicação dos questionários domiciliares;
 - Pesquisa no comércio e empresas de serviços;
 - Visita ao tabelião local;
 - Visita ao departamento agro-florestal da SINOP AGROQUÍMICA S/A;
 - Visita ao Banco do Brasil;
 - Visitas, com o responsável da EMATER, às várias propriedades e atividades agrícolas.
- Sábado, 19 de maio
- Volta à Brasília.

2. A COLONIZAÇÃO PRIVADA NO MATO GROSSO

2.1. Legislação em vigor sobre colonização

Os projetos de colonização obedecem a normas fixadas pelo poder público, conforme exposto em extensa legislação. Devemos mencionar que, de acordo com o desenvolvimento do projeto político dos vários governos que se sucederam após 64, a ênfase se desloca da reforma agrária em áreas consideradas de tensão social para a colonização em áreas despovoadas, como forma de integrá-las à economia do país. Igualmente, de projetos que previam, inicialmente, dar acesso à terra a populações que dela careciam, as intenções governamentais se deslocaram para privilegiar os projetos particulares de colonização, no qual necessariamente se envolveriam populações com poder aquisitivo suficiente para adquiri-las em regime de mercado. E isto transparece na legislação.

Não se pretende, aqui, um estudo exaustivo da legislação em vigor no país quanto à colonização ou o uso e posse da terra, mas apresentar, sucintamente, os tópicos relevantes para se compreender a ocupação da área pesquisada: a Gleba Celeste, no município de Sinop.

2.1.1. O Estatuto da Terra

Os instrumentos jurídicos que regem a colonização consubstanciam-se na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra.

Na Mensagem nº 33, de 1964, ao Congresso Nacional, o Presidente Castelo Branco expõe os motivos que o levaram a enviar o referido Estatuto àquela Casa. Destacam-se dois problemas básicos, um na área política e social e outro, na área econômica.

Na área política e social, "a necessidade de dar à terra uma nova regulamentação, modificando-se a estrutura agrária do País, é de si mesma evidente, ante os anseios de reforma e justiça social de legiões de assalariados, parceiros, arrendatários, ocupantes e posseiros que não vislumbram, nas condições atualmente vigentes no meio rural, qualquer perspectiva de se tornarem proprietários da terra que cultivam. A ela se somam, entretanto, no sentido de acentuar-lhes a urgência, a exasperação das tensões sociais criadas, quer pelo inadequado atendimento das exigências normais no meio agrário, como assistência técnica e financiamentos, quer para fins políticos subalternos, o Governo anterior propagou pelas áreas rurais do País, contribuindo para desorganizar o sistema de produção agrícola existente, sem o substituir por outro mais adequado".

Na área econômica, "o incremento da demanda de alimentos em face do crescimento da população e das profundas modificações organizacionais geradas pela industrialização e pela concen

tração urbana obrigaram em toda a parte à modificação das estruturas agrárias".

Desta maneira, o Estatuto da Terra não seria apenas um projeto de reforma agrária, mas visaria também "à modernização da política agrícola do País, tendo, por isso, objetivo mais amplo e ambicioso: é uma lei de Desenvolvimento Rural. Além da execução da reforma agrária, tem por objetivo promover o desenvolvimento rural, através de medidas de política agrícola, regulando e disciplinando as relações jurídicas, sociais e econômicas concernentes à propriedade rural, seu domínio e seu uso. Busca dar organicidade a todo o sistema rural do país, valorizando o trabalho e favorecendo ao trabalhador o acesso à propriedade rural, seu domínio e seu uso".

Como se nota, a ênfase dada na Lei era para a Reforma Agrária, definida no artigo 1º, parágrafo 1º do Estatuto da Terra como "o conjunto de medidas que visem promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade".

A execução da Política Nacional de Reforma Agrária ficava a cargo do IBRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária), do GERA (Grupo Executivo de Reforma Agrária) e do INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), conforme disposto no art. 37º, I e II e art. 74º, respectivamente.

A colonização, entretanto, também era abordada no Estatuto da Terra, que a define, ainda que vagamente, no art. 4º, IX: "colonização é toda atividade oficial ou particular, que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, sua divi -

são em propriedade familiar, ou através de Cooperativa".

A colonização oficial ficava a cargo do INDA e os projetos de colonização particular seriam examinados pelo IBRA e aprovados pelo órgão competente do Ministério da Agricultura, no caso o INDA.

A resistência política encontrada pelo governo para efetuar uma ampla reforma agrária levou à concentração dos esforços na colonização, melhor definida posteriormente, no Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966, no artigo 5º: "Colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias ou agroindustriais, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela previstas".

Regulamentações posteriores dão forma à colonização oficial e particular, enfatizando que se processarão em terras públicas, visto que o art. 10º do Estatuto da Terra reza que a União se desfará continuamente destas, transferindo-as para a propriedade privada.

Em 13 de julho de 1970, o Decreto-Lei nº 1.100 criou o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que

concentrou as atividades antes dispersas no IBRA, GERA e INDA, acelerando-se a colonização das terras públicas, principalmente nos Estados onde eram abundantes, como na Região Amazônica.

Entretanto, alguns Estados, com grande quantidade de terras devolutas, já haviam iniciado sua venda a partir da década de quarenta. No Mato Grosso, foi criado, em 1946, o "Departamento de Terras e Colonização", cujas atribuições passaram, em 1966, para a CODEMAT (Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso) e que controlaria, daí por diante, a venda de terras.

Em 1950, o departamento vendeu cerca de 1.866 ha no Norte do Mato Grosso, quantidade que aumentou para 694.561 ha em 1955, em terras situadas entre o Rio Araguaia e Barra do Garças, entre os Rios Xingu e Teles Pires e no setor Noroeste de Cuiabá, e para 1.918.334 ha, no Norte do Estado, em 1960. Destas terras, muitas foram revendidas, em grandes glebas, aos comerciantes fundiários para projetos particulares de colonização.

Assim, quando em 1971 o Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril, declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, as terras devolutas situadas na faixa de 100 km de largura de cada lado do eixo das rodovias da Amazônia Legal, entre elas a BR-163, encontra poucas terras nestas condições. A grande maioria já possuía proprietários, muitos deles de segunda revenda, e ao INCRA coube apenas aprovar os projetos particulares de colonização, de acordo com a legislação vigente.

2.1.2. A Colonização Particular

A colonização pode ser pública ou privada.

No primeiro caso, faz-se por atuação direta do órgão estatal específico, o INCRA, seja por convênio com os estados, com órgãos de valorização regional ou sociedades de economia mista.

A colonização particular se realiza por intermédio de pessoa física ou jurídica, incluindo-se cooperativas de colonização, registradas como empresas de colonização no INCRA e que apresentem projetos para tanto.

As atividades particulares obedecem a uma metodologia, esquematizada como se segue:

- 1- apresentação e aprovação do anteprojeto;
- 2- apresentação, aprovação e registro do projeto;
- 3- registro da empresa;
- 4- execução do projeto.

A colonização pressupõe a criação de uma infra-estrutura agrária, da qual o "Núcleo de Colonização" é a unidade fundamental para o estabelecimento de agricultores, caracterizada por um conjunto de lotes rurais e urbanos, integrados por uma sede administrativa, serviços técnicos e comunitários (Decreto nº 59.428, de 27.9.66, Art. 8º).

Os lotes podem ser de dois tipos:

- a) parcelas, ou lotes agrícolas, que são as áreas destinadas à prática das atividades agrícolas;

b) lotes urbanos, o centro da comunidade, com serviços administrativos, estabelecimentos cooperativos, comerciais, artesanais, industriais e com residência dos trabalhadores nestes serviços. (Decreto nº 59.428, de 27.9.66).

Quanto aos aspectos de organização da produção, distinguem-se dois planos: o plano de parcelamento e o plano de exploração comum. No primeiro, atribui-se ao colono uma gleba ou parcela, individualizada para o parceleiro e sua família, com assistência de uma Cooperativa. No segundo, a propriedade não é, verdadeiramente, uma unidade individualizada de produção, mas as terras pertencem à Cooperativa, que evoca todos os encargos sobre a mesma, dirigindo seu destino econômico e social. Os colonos ou parceleiros, neste caso, participam de uma forma simples de exploração coletiva da terra: o cooperativismo de produção agrícola.

Destacam-se outras características da organização da colonização, tais como: cooperativização dos núcleos, notadamente nas áreas prioritárias, havendo inclusive, nestes, exigência de que se congreguem em cooperativas, principalmente quando ainda não emancipados; emancipalidade do núcleo, quando este tiver condições de vida autônoma, de acordo com art. 68º do Estatuto da Terra, deixando de configurar-se como área de colonização.

2.1.3. O Acesso à Propriedade Rural

O direito de propriedade é assegurado pela constituição que, entretanto, condiciona seu uso ao bem-estar social, como passou a vigorar a partir da Constituição Federal, de 1946, cujo artigo 147 foi incorporado às constituições seguintes:

"O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância no disposto no art. 141, parágrafo 6, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos".

Não se trata aqui de reavivar a polêmica travada em torno do uso social da propriedade, mas apenas de assinalar que, como resultado dela, foi considerado como questão de justiça social proporcionar a todos os que trabalham na terra, o acesso a mesma.

O Estatuto da Terra refere-se à Reforma Agrária e à colonização como maneiras de proporcionar a todos o acesso à propriedade. No Artigo 1º, Parágrafo 1º, a mesma lei refere-se à Reforma Agrária :

"§ 1º: Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade".

No art. 4º, IX, modificado pelo Decreto nº 59.428 , art. 5º, estabelece a colonização, conforme exposto páginas atrás.

No art. 17º, o Estatuto da Terra considera as maneiras pelas quais o acesso à propriedade será possível:

"Art. 17º. O acesso à propriedade rural será promovido mediante a distribuição ou a redistribuição de terras pela execução de qualquer das seguintes medidas:

- a) desapropriação por interesse social;
- b) doação;
- c) compra e venda;
- d) arrecadação de bens vagos;
- e) reversão e posse ao Poder Público de terras de sua propriedade, indevidamente ocupadas e exploradas, a qualquer título, por terceiros;
- f) herança ou legado."

O Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966, define melhor também este ponto, estabelecendo o caso do Poder Público e da iniciativa particular.

"Art. 2º. A obtenção dos meios de acesso à propriedade rural resultará de:

I - no caso do Poder Público:

- a) desapropriação por interesse social;
- b) compra e venda;
- c) doação;

- d) arrecadação de bens vagos;
- e) permuta;
- f) incorporação de terras devolutas ou ilegalmente ocupadas.

II - No caso da iniciativa particular:

- a) compra e venda;
- b) doação;
- c) permuta;
- d) herança ou legado;
- e) legitimação de posse".

Evidentemente, o acesso do pequeno produtor, no caso da colonização particular, se fará por compra e venda, visto que é realizada por empresas que se propõem a ter lucro nas transações comerciais com a terra. A aquisição das propriedades, nas áreas prioritárias de colonização, faz-se, preferencialmente, por intermediação das cooperativas agrícolas, conforme reza o parágrafo 1º, do art. 5º do Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966:

"§ 1º. A colonização em áreas prioritárias terá por objetivo promover o aproveitamento econômico da terra, preferencialmente pela sua divisão em propriedades familiares, congregados os parceiros em cooperativas ou mediante a formação de cooperativas de colonização do tipo coletivo".

Uma vez porém, paga a terra, e registrada no cartório como sua, a venda é livre. Neste ponto, a propriedade rural entra no mercado imobiliário entre terceiros.

2.2. O papel do Estado do Mato Grosso e do INCRA

A atuação de empresas privadas de colonização no Mato Grosso é anterior à política de integração da Amazônia, iniciada pelo governo brasileiro no começo dos anos 70. Basta lembrar as implantações, mais ou menos felizes, das colônias Jauru, Rio Branco, Rio Ferro, por volta de 1953; Porto dos Gaúchos em 1956; Jaciara em 1960; Fica-Faca em 1967; todas criadas pela iniciativa de particulares, em geral com capitais paulistas.

Se o discurso do presidente Médici, chamando a ocupar a Amazônia, se referia mais especialmente aos nordestinos flagelados por um período de seca, uma outra migração, Sul-Norte, animada pelos mercadores paulistas, já tinha também se iniciado.

Lembremo-nos que a Constituição de 1891 passou para o domínio dos Estados às terras devolutas sob sua jurisdição, reservando-se a posse das mesmas nos territórios. Desta maneira, ao contrário de Rondônia, nas décadas anteriores a 80, as terras do Mato Grosso estavam colocadas sob a jurisdição do governo deste Estado. Por isso, naquele território, a atuação do INCRA foi muito mais efetiva do que neste Estado. As terras que, teoricamente, estariam sob a jurisdição do órgão colonizador já haviam sido vendidas, como mencionamos anteriormente, e, muitas vezes, a vários donos. A ocupação, porém era mais jurídica do que real. As matas, geralmente, não estavam derrubadas e as terras permaneciam inexplora-

das, havendo no lugar, apenas índios e posseiros.

O trabalho do INCRA, em Mato Grosso, foi muito mais de regularizar os títulos de posse, deixando à iniciativa particular os projetos de colonização e limitando-se a aprová-los.

As terras da Gleba Celeste foram compradas pela Sinop Terras S.A. em 1971, ano que o INCRA aprovou o projeto. As terras foram compradas de terceiros, pois o governo do Estado já as havia vendido, e a atuação do órgão oficial de colonização foi, por isso, muito restrita.

2.3. Colonização privada e ocupação do espaço

No âmbito econômico e social brasileiro, o chamado para o povoamento da Amazônia não se apoiou em um programa de desenvolvimento regional, mas num modo de exploração que favorecia os produtos exportáveis (café, cacau, seringueira, etc.), e na vinda de colonos para os serviços destas lavouras. Não houve projetos permitindo a articulação das áreas de colonização à economia regional, propondo o beneficiamento das matérias-primas, ajudando a emergência da industrialização, e de cidades que tivessem maior papel do que um simples apoio à agricultura.

Por isso, estas áreas de colonização parecem simples bolsões de atividade, cujo maior problema é a ausência de infraestrutura para o escoamento da produção. O isolamento é o maior fator de fracasso das colônias, que têm uma economia totalmente extrovertida, até o ponto de, impedidas de crescer, chegarem a quase estagnação.

Subordinadas à economia nacional de exportação e pouco ligadas à região, estas colônias não desempenham um papel dinâmico ao nível do Estado, além do pagamento do ICM.

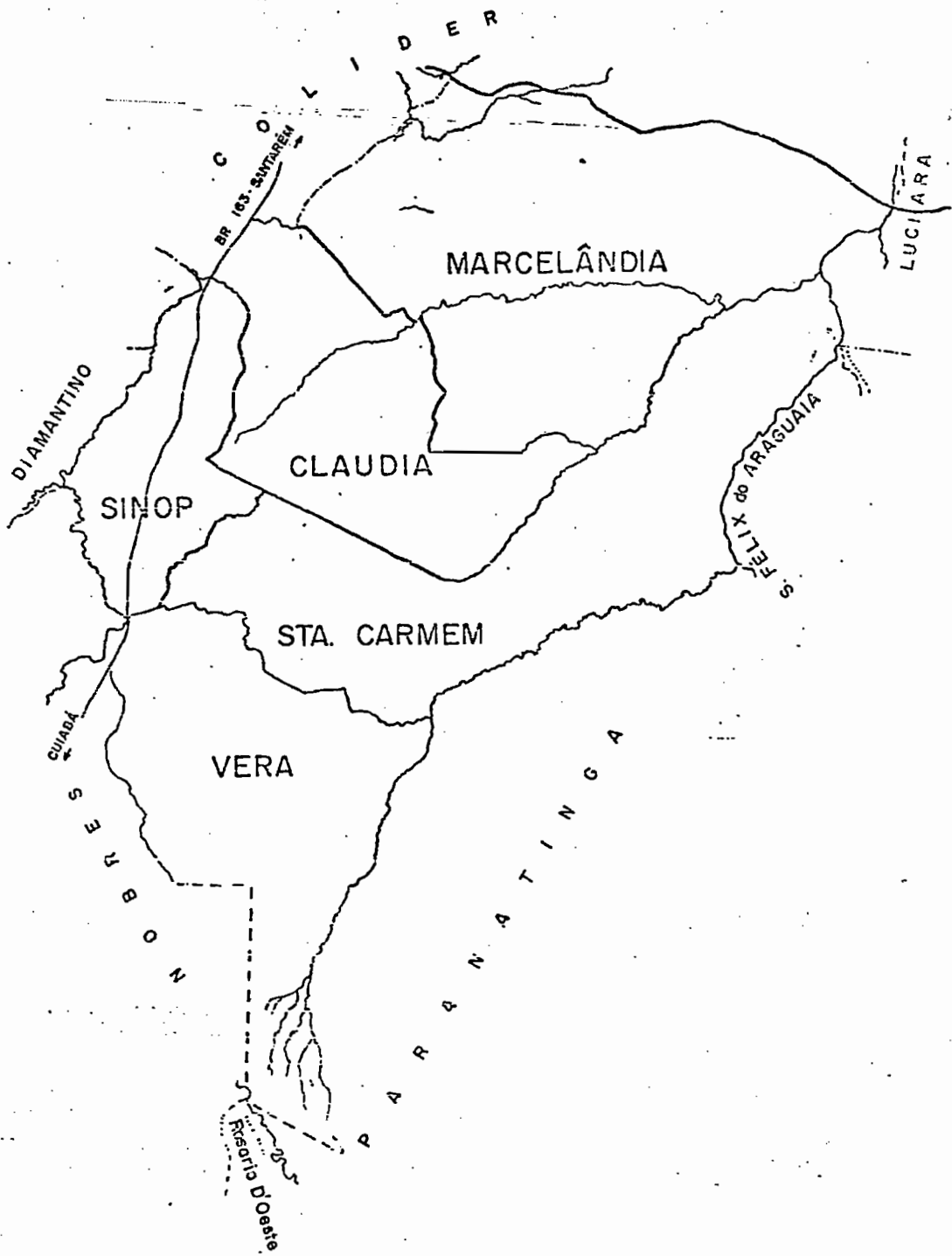
Entretanto, a história da colonização mostra que as áreas mais densas e mais urbanizadas no Centro-Oeste, são áreas de antigas colonizações públicas ou privadas (Mato Grosso de Goiás, re

gião de Dourados, de Rondonópolis, de Mirassol d'Oeste...) que foram capazes de fixar uma população e desenvolver cidades, apesar do retrocesso da pequena propriedade.

De resto, a colonização privada é um fenômeno marginal no Mato Grosso, e a colonização pública quase inexistente. Para dar uma idéia, apesar da inexatidão das estatísticas, pode-se avançar os seguintes dados: entre 1970 e 1980, o censo agropecuário do IBGE, indicou o duplicamento das terras incorporadas ao processo de produção, de 17.275.000 ha até 35.684.000 ha; nesta época praticamente os projetos de colonização privada abrangeram apenas 1.560.000 ha, ou seja, 8,5% das terras incorporadas. A maior parte das terras que o Mato Grosso ligou a suas atividades agropecuárias, deve-se à iniciativa privada particular com aproveitamento ou não dos incentivos da SUDAM.

A tendência é de apresentar o Mato Grosso como submetido à colonização privada capitalista. Entretanto, esta idéia não deve ser aceita sem uma análise mais aprofundada. Existem várias situações. Assim as colonizadoras que cumpriram seus papéis, com maior ou menor sucesso e honestidade, com maior ou menor capital aplicado e, posteriormente recuperado, bem como as empresas multinacionais, que atuaram com ou sem os incentivos da SUDAM, tornaram-se donas de grandes superfícies para criação de gado. Quanto aos particulares, grandes e pequenos, simplesmente aumentaram suas propriedades, comprando terras ainda não exploradas pela agropecuária.

MAPA Nº 1



DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE SINOP

Esc. aprox. 1:2.350.000

Fonte: MAPA DO MUNICÍPIO DE SINOP

Des. Magno

2.4. O PROJETO DE COLONIZAÇÃO DO GRUPO SINOP

2.4.1. O projeto da Gleba Celeste

As atividades da Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná (SINOP) tiveram início em 1972, por intermédio da empresa subsidiária colonizadora SINOP S.A., que implantou o projeto de colonização da Gleba Celeste, a princípio com 480.000 ha.

O ponto mais importante a realçar é que trata-se de um empreendimento comercial capitalista, organizado por um grupo que explora a terra como mercadoria e trata da vinda dos colonos como uma transação de mercado. Os diversos produtos agrícolas ou as indústrias a serem implantadas são encarados como viabilizadores do empreendimento comercial.

As várias empresas que compõem o Grupo SINOP - Colonizadora SINOP S.A., SINOP Terras S.A., SINOP Agroquímica S.A., Imobiliária e Construtora Maringá Ltda., Agropastoril Celeste Ltda., Becker Consultoria de Empreendimentos Industriais Ltda. - encarregam-se dos vários aspectos ligados à Gleba Celeste, como compra e venda de terras, propaganda, instalação dos lavradores, agroindústria, cooperativa e projetos correlatos, como criação de gado.

O traçado do projeto e o formato dos lotes, rurais e urbanos, são simples e retilíneos, de modo a ocupar da melhor

maneira possível o espaço. Oferece-se, assim, uma mercadoria uniforme, que satisfaça as necessidades dos compradores: no meio rural, água e comunicação, foram construídos cerca de 1.600 km de estradas ligando os lotes agrícolas entre si, com a BR-163 e com as cidades; no meio urbano, arborização, nomes sonoros para ruas e avenidas, comércio e serviços.

Atendendo à legislação em vigor, o parcelamento global desdobra-se em áreas rurais e urbanas. O primeiro núcleo criado foi Vera. Entretanto, o núcleo de Sinop apresentava a vantagem de localizar-se precisamente às margens da BR-163. Foi, por isso, dinamizado e, posteriormente, tornou-se a sede do município, em 1979. Os outros centros urbanos são Santa Carmem (ou Carmela) e Cláudia.

As áreas rurais desenvolvem-se ao redor das cidades, que lhes servem de apoio comunitário. Dividiam-se, inicialmente, em seis partes, implantadas sucessivamente, às quais acrescentaram-se novas glebas, adquiridas, igualmente, de terceiros. São elas:

- 1ª parte: glebas Marta e Rosa, próximas à cidade de Vera, num total de 67.000 ha;
- 2ª parte: glebas Kátia, Patrícia e Angélica, próximas à cidade Santa Carmem, num total de 71.000 ha;
- 3ª parte: gleba Sinop, próximas à cidade de Sinop, num total de 71.000 ha;

4ª parte: glebas Nilza, Mônica e Lídia, num total de 197.000 ha;

5ª parte: gleba Cláudia, próxima à cidade do mesmo nome, num total de 113.000 ha;

6ª parte: gleba Grande Alvorada, num total de 29.000 ha.

A gleba Cláudia foi complementada com novos "bairros" agrícolas, denominados Nair, Ana e Fernanda. Estas últimas e a gleba Grande Alvorada estão em mãos da imobiliária para comercialização futura.

Completando o quadro das áreas rurais do projeto de colonização, tem-se ainda a reserva Agro-química, destinada ao plantio de mandioca para suprir a usina de álcool. As terras da reserva já haviam sido vendidas aos colonos e foram recompradas, pois com elas se pretende assegurar a continuidade de fornecimento de matéria-prima para a indústria (voltaremos ao assunto da usina de álcool posteriormente).

O total de terras, atualmente, atinge o montante de 600.000 ha, divididas em lotes rurais cujas dimensões variam entre 12 e 100 ha, ocorrendo, inclusive, propriedades maiores.

Próximas às cidades, existem as chamadas "chácaras", de 12 a 25 ha, que, de acordo com o planejamento da empresa, deverão abastecê-las com hortaliças e frutas, constituindo o "cinturão verde". Em áreas periféricas, as propriedades são maiores, de 50 a 100 ha ou mais, com "testada" para as estradas e fundos para cursos de água.

No princípio da colonização, o módulo mínimo para as propriedades periféricas, estabelecido pelo INCRA, era de 100 ha. Desenvolvendo-se a ocupação, o mesmo módulo foi reduzido para 60 ha. Entretanto, os lotes são de tamanhos diversos, a fim de atender ao poder aquisitivo diferenciado dos usuários. Acrescente-se que vendas realizadas pelos colonos subdividiram os lotes em propriedades de tamanho variado.

Foram também planejados os "centros de convergência", nos quais previram-se serviços que, em maior escala, encontraram-se nas cidades, tais como igrejas, escolas, lugares para reuniões sociais e comercialização de produtos agrícolas. A distância de cada centro nunca é superior a 3 km dos lotes rurais.

A baixa densidade do campo, porém, limita a implantação dos centros comunitários, pois se a comercialização das terras da Gleba Celeste atinge 80% do total (cerca de 4.000 lotes vendidos), apenas 20% das propriedades são exploradas com atividades agropecuárias. O restante das propriedades vendidas acha-se, ainda, totalmente inexplorado.

Como a legislação de proteção florestal do IBDF determina que 50% das parcelas agrícolas permaneçam em mata, a densidade de ocupação das áreas é ainda mais baixa do que os números fazem supor.

2.4.2. As atividades de colonização

O Grupo SINOP, presidido por Ênio Pipino, possuía experiência de colonização em áreas novas. Nas décadas de 50 - 60 atuou no setor imobiliário no Norte e Noroeste do Paraná e esteve presente também na fundação ou desenvolvimento de cidades nestas regiões paranaenses, tais como Formosa do Oeste, Terra Rica, Iporã e Iverá, entre outras.

Na década de 70, quando foi lançado o PIN (Plano de Integração Nacional), durante o governo Médici, Pipino engajou-se na "conquista da Amazônia", procurando repetir, no norte do Mato Grosso, o mesmo esquema de colonização para pequenos proprietários, de alardeado sucesso na frente pioneira daquele Estado sulino.

Cabe aqui mencionar o tema já referido anteriormente, sobre as preocupações governamentais quanto a promover o acesso à terra de pequenos proprietários, por intermédio de empresas particulares de colonização. Dentro deste esquema se insere o projeto da Gleba Celeste, cujo idealizador foi (e é) considerado pelas autoridades como elemento de notória idoneidade neste ramo de negócios.

Os usuários das novas áreas seriam, preferencialmente, os mesmos da região Norte e Noroeste do Paraná : os pequenos produtores diretos - proprietários, parceiros, meeiros, arrendatários - que, devido ao processo da minifundização e mudança no uso da terra, viram-se obrigados a migrar.

A tônica da propaganda efetuada pela empresa colonizadora, tanto a nível nacional quanto local e junto às populações envolvidas, é muito semelhante ao tom grandioso e entusiasmado que Monbeig (1952: 81) assinalara para as zonas pioneiras do café: "pe las esperanças que desperta, uma zona pioneira é sempre considerada como portadora de possibilidades ilimitadas". A este discurso foi acrescentada a questão da soberania^{do país} e a necessidade de integração dos espaços vazios à economia nacional. Esta última colocação é muito vaga, visto não haver, pelo menos até agora, um produto agrícola valorizado no mercado, como era o caso do café. A nova fronteira agrícola dos anos 70 liga-se mais à resolução de problemas políticos e econômicos internos do país do que à demanda externa por um produto. A partir de 1979, tentou-se valorizar a mandioca, destinada à produção de álcool. Atualmente, com a aproximação do asfaltamento da BR-163, cuja conclusão está prevista para dezembro deste ano, o produto de integração levantado é a soja, da qual um cultivar foi adaptado, parece que com sucesso, às condições locais.

O paternalismo também está presente, personificando na figura do empresário colonizador o desejo veiculado no Estatuto da Terra: proporcionar, aos pequenos agricultores, a oportunidade de possuir terra.

Estes aspectos são bastante evidentes na publicação de 1979, do Grupo SINOP, intitulada "Um passo de conquista na Amazônia".

Lê-se aí: "conquista da Amazônia pelos brasileiros, sobre ser imperativo da Nação, responde a um processo de soberania, além de constituir desafio a que devemos responder, visando sua integração à realidade social e econômica do Brasil, dentro do respeito às condições naturais do meio ambiente".

As possibilidades ilimitadas e grandiosas consubstanciam-se, para a empresa, na acelerada venda de terras e para os agricultores, nas estimativas de ótimas colheitas, como vemos neste trecho: "a velocidade do sucesso do projeto (da Gleba Celeste) pode ser medida pelo fato de que despendemos 25 anos para colonizar 120.000 alqueires (294.000 ha) no norte do Paraná, fundando 18 cidades em terras de fertilidade excepcional. Em cerca de sete anos, já entregamos 160.000 alqueires (387.200 ha) a lavradores brasileiros, vindos, principalmente, do Sul e do Centro-Oeste do país".

Nas terras vendidas, a produção seria mais que satisfatória, pois "passados sete anos, além das quatro cidades construídas, com infra-estrutura, as estimativas feitas a propósito do peso da produção agrícola e pecuária para 1978/79, nos dão nos números abaixo, a certeza de perspectiva de consolidação de um pioneirismo nesta parte da Amazônia". Seguem-se valores, em cruzeiros, das estimativas de safra, provavelmente superdimensionados.

O Estatuto da Terra, reforçado pelo PIN, deveria atender aos assim chamados "excedentes populacionais" sem terra das áreas agrícolas onde se manifestavam visíveis tensões sociais. En-

tretanto, a opção dada aos comerciantes de terra para realizar os projetos de colonização implicava em que os novos usuários fossem capazes de adquirir seus lotes rurais em regime de mercado. Dessa maneira, os migrantes muito pobres foram alijados dos projetos particulares e privilegiados os sulistas, considerados como de maiores recursos. Para estes, seria possível responder ao "desejo dos brasileiros de possuir terra", como acentua a publicação "Um passo de conquista na Amazônia", já mencionado.

A valorização da capacidade de trabalho do agricultor sulino é enfatizada em Sinop, tanto pelos empresários como pelos vários níveis de governo. Assim, o lavrador da região Sul não se deixa abater pelas condições adversas do meio físico, num esforço incessante para produzir. A fronteira de recursos é apresentada aos colonos como possibilidade de realização do seu trabalho, que seria amplamente recompensado com colheitas abundantes em terras mais férteis e propriedades maiores.

Uma das preocupações do pequeno colono é como se manter até que as supersafras prometidas se tornem realidade. Ainda mais uma vez, o norte do Mato Grosso lhe será propício, pois a diferença de preço entre o alqueire de terra no estado de origem - Paraná, Santa Catarina ou Rio Grande do Sul, - mais cara do que na frente pioneira, lhe permitirá auto-financiar-se nos primeiros anos, pois o financiamento governamental é difícil e nem sempre atende aos interesses do agricultor.

O preço aproximado do alqueire (maio de 1984) (2,42 ha) no Norte do Paraná custa Cr\$ 8.000.000. Em Sinop, o alqueire beneficiado, ou seja, limpo de mata, é vendido por Cr\$ 500.000 e o bruto por Cr\$ 80.000 a Cr\$ 150.000, dependendo da localização, ou seja, proximidade dos eixos de comunicação. Desta maneira, uma propriedade de 10 ha no Norte do Paraná seria vendida a Cr\$ 33.057.850 e outra, de 100 ha no Norte do Mato Grosso, comprada por Cr\$ 20.661.100, mais ou menos, se todo beneficiado; se não o estivesse, o preço seria de Cr\$ 3.305.700 a Cr\$ 6.193.300. Neste caso a vantagem seria ainda maior, pois além do preço mais baixo, a madeira poderia ser vendida às serrarias, com ganhos adicionais.

A necessidade de que permaneçam 50% das terras em floresta na propriedade rural, imposta pelo IBDF como maneira de evitar a destruição total do meio ambiente, não é bem vista pelo migrante e enseja a prática muito comum de vender a parte que deveria permanecer intocável, aos novos que chegam.

A compra da propriedade rural pode efetuar-se diretamente da imobiliária (Sinop Terras S.A.) ou de terceiros, pois a colonização é bastante antiga, e os lotes já estão em condição de serem alienados. No primeiro caso, será a vista ou a prazo, pagando 50% de entrada, 25% no primeiro ano e 25% no segundo, com 60% de acréscimo no preço total. Ao adquirir sua terra, o colono passa a ser titular de uma cota da Cooperativa Mista Celeste Ltda., com o pagamento extra de 1% da aquisição efetuada.

Na venda entre terceiros, as transações se realizam em acordo entre as partes, a preços de mercado.

Dentro do esquema de comercialização da Gleba Celeste, os colonos trabalham, principalmente, com capital próprio, visto que não há, para eles, financiamento para a compra de terras e poucos créditos para a produção. Ocorre então com frequência, que o colono vende parte de sua terra para fazer frente às despesas com o cultivo em outras áreas da propriedade. Os compradores podem ser recém-vindos ou donos das fazendas vizinhas.

Para o Grupo Sinop, os "custos amazônicos" são amplamente financiados pela SUDAM, Banco do Brasil e Pró-Terra.

Os financiamentos governamentais ao Grupo Sinop abrangem todas as etapas do projeto de colonização, desde a implantação até a venda das terras.

Os estímulos fiscais da SUDAM seriam da ordem de 75% sobre o capital próprio aplicado, ou seja, de cada Cr\$ 100 investidos, Cr\$ 75 foram subsidiados, pois a Gleba Celeste encontra-se na zona de prioridade A, a mais alta.

Os financiamentos do Banco do Brasil foram concedidos para a demarcação dos lotes rurais e urbanos, mapeamento do solo, levantamento topográfico e demais infra-estruturas, como estradas rurais, prédios administrativos, etc.

Igualmente, o Banco do Brasil financia a colonização: faz o empréstimo à empresa para a venda de terra aos colonos e estes amortizam as prestações da colonizadora no banco, por intermédio da cooperativa.

O lucro da empresa poderia vir do contínuo rolamento da dívida junto às entidades financeiras, da obtenção de novos empréstimos e da aplicação do capital no mercado financeiro.

O financiamento à produção só é possível após dois anos de instalação do colono, com o título definitivo de propriedade, preferencialmente para os produtos de exportação ou matéria-prima industrial, como a mandioca.

3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

SINOP é município recente, pois data de 17 de dezembro de 1979. O centro ativo do município é a área desenvolvida pela colonizadora SINOP, que tem um acesso relativamente fácil com a BR-163 (Cuiabá-Santarém). Toda a parte do município, que não possui acesso por esta rodovia, pertence a grandes fazendas, sobre as quais se tem poucas informações. Assim é melhor colocar a hipótese de que as estatísticas disponíveis se referem às glebas Celeste e Cláudia, exceto os dados sobre a estrutura fundiária.

A história agropecuária do município se confunde, porém, até hoje, com a estratégia da atuação da Colonizadora Sinop.

As fontes de dados para a compreensão econômica do que ocorre são poucas. Temos disponível os arquivos da colonizadora e os órgãos administrativos, centrados na capital do município, Sinop, como a Prefeitura Municipal e principalmente, a EMATER, a maior fonte estatística. Esta tem registrados 422.585 ha, menos de 10% dos 48.678 km² (4.867.800 ha) da superfície total do município, com 25.222 ha de lavouras e 40.550 ha de pastagens, referentes apenas à Gleba Celeste, na qual vemos que somente 11% são aproveitadas para a agropecuária.

No restante do município, as grandes fazendas tratam diretamente seus empregados, e fomos informados de que esta

beleceram-nos em regime de colonato, mas pouco se sabe a este respeito. A impressão que se tem é de que agem, até certo ponto, independentes da atuação municipal.

3.1. Lavouras

O tamanho dos lotes, com uma média de 100 ha, dos quais a metade deve permanecer em mata, seguindo as normas do IBDF, devia favorecer a pequena produção moderna, isto é, uma produção para o consumo próprio, mas também uma produção de lavouras permanentes de exportação, fixando o pequeno produtor à sua terra.

Assim, desde o início da Gleba Celeste, foram desenvolvidas lavouras de café e de pimenta-do-reino como lavouras permanentes, arroz e mandioca como lavouras temporárias. A mandioca deveria ter uma produção intensiva, para abastecer a usina de mandioca que iniciou sua atividade em 1982, além de servir para o auto consumo.

Nestes últimos anos, se desenvolveram culturas de seringueiras e de guaraná (1).

(1) Fontes, às vezes contraditórias, usadas nas páginas seguintes:

- censo agropecuário 1980 - IBGE
- relatório da EMATER - 1983
- Banco do Brasil - 1981-1982-1983
- entrevistas.

3.1.1. Arroz

Embora ocorra a impossibilidade de se vender o arroz além do preço mínimo fixado pelo governo (o armazém da CIBRAZEM tem até hoje um quase monopólio, ao qual se somam as dificuldades da cooperativa), a produção do arroz está crescendo, sem dúvida ligada ao desflorestamento, pois o arroz é a primeira lavoura de abertura do campo. O arroz é a produção que recebe a maior parte dos créditos para lavouras, quase à metade em 1981, ainda 28% em 1983. Concorrem com ele, o milho e a soja.

Nota-se uma produção de 20.400 toneladas cultivadas em 13.600 ha (o que dá exatamente uma produtividade de 1.500 kg/ha!) em 1983. O IBGE dava, em 1980, 6.241 toneladas em 5.879 ha (produtividade de 1.061 kg/ha).

A maioria do produto é cultivado por pequenos produtores.

O arroz parece ser a única lavoura que não encontra problemas (além do preço mínimo) de comercialização e que não esgota demasiado rapidamente o solo, bastando um pouco de adubo para se obter rendimentos satisfatórios. A lavoura do arroz é mecanizada em 90%.

Hoje, nas áreas mecanizadas, pode-se recear a concorrência da soja.

3.1.2. Mandioca

O censo do IBGE registrava somente 14 ha de mandioca, antes da atividade da usina de álcool. Em 1983, se encontram 500 produtores em uma superfície de 4.300 ha. O Banco do Brasil deverá assegurar crédito para plantar 5.800 ha e assegurar o custeio da safra de outros 5.700 ha. Entretanto, se bem que cada hectare receba dois tipos de custeio, um para limpeza da mata e outro para plantio, talvez a área derrubada não esteja apta a produzir este ano. A produtividade é fraca, de cerca de sete toneladas/ha. As previsões haviam fixado uma produtividade de 16 T/ha para lavouras mecanizadas e 12T/ha para lavouras sobre tocos.

O maior produtor é o departamento agrícola da usina, que plantou, em 1984, 2.507 ha. É também o único comprador e se pode prever que, breve, a usina se torne o único produtor. A plantaçãõ industrial da mandioca encontra várias dificuldades fito-sanitárias, de mecanização, de frete, etc. O atraso no programa de funcionamento da usina, o preço pouco compensador que é pago, a falta de mercado motivam a desconfiança dos pequenos produtores.

Prevê-se, para 1984, uma produção para a usina de 45.000 toneladas, seja quase 7.000 ha cultivados, o que parece muito otimista (Veja o capítulo sobre a usina).

3.1.3 Milho

Em SINOP, não se falou a respeito da lavoura do milho. O censo do IBGE de 1980 dava apenas 100 hectares cultivados e uma produção de 150 toneladas. Os documentos da EMATER não mencionam esta lavoura.

Entretanto, o crédito rural do Banco do Brasil aumentou de 6%, do total de créditos em 1981, para 26% em 1982, atingindo uma superfície cultivada de 11.600 ha, igual à da mandioca.

Este fato é inexplicável, e precisamos encontrar o motivo para o silêncio sobre este produto, aparentemente bastante importante.

3.1.4. Soja

O sucesso da lavoura da soja no distrito vizinho de Sorriso, a busca duma cultura compensadora, a taxa já alta de mecanização no município e os solos geralmente planos são motivos para experimentar a soja depois da cultura do arroz, que absorve a umidade do solo após o desflorestamento. As experimentações encontraram sucesso, e se prevê para este ano uma superfície plantada de 5.000 ha de soja.

Em 1983, o crédito rural incentivou a produção de 3.800 ha de soja, recebendo esta 8% dos créditos de lavouras (contra 0,5% em 1981 e 3% em 1982) e fazendo parte dos produtos regulados pelos EGF.

A chegada da soja nas áreas florestais pode modificar toda a produção e a estrutura fundiária.

3.1.5 Café

O censo do IBGE registra 3.947 ha de café em 1980; quatro anos depois, a superfície plantada cai pela metade (1.950 ha), com uma produção de 1.170 toneladas. A maioria dos produtores são pequenos agricultores. A produtividade, que provavelmente permitiu o cálculo da produção ou da superfície, é de 600 kg/ha.

Além das cifras pouco confiáveis, o decréscimo do café pode ter sua explicação na má qualidade do produto causado pela pouca fertilidade do solo e pelas dificuldades de comercialização, devido à grande distância dos centros compradores. Na última estação seca, foi necessário irrigar o café.

Existe uma pequena produção de café de boa qualidade, entretanto este não pode ser comercializado com o nome de SINCP sem ter seu preço desvalorizado. As transações devem ser realizadas diretamente pelo produtor.

É provável que a produção de café continue a cair, pois, depois de 1981, não se encontra mais financiamento para a formação de novas culturas.

3.1.6. Pimenta-do-reino

Os solos de SINOP são, em geral, de má qualidade, mas ótimos para a lavoura da pimenta-do-reino, que foi incentivada desde o início da colonização .

Em 1980, encontrava-se uma produção de 64 toneladas. A EMATER não fala mais da lavoura da pimenta, embora uma estatística da prefeitura apresente 105 ha, o que parece improvável, e a EMATER, 30 ha.

A produtividade da pimenta-do-reino pode chegar até 2 T/ha. O mercado da pimenta é muito estreito (do ponto de vista da quantidade e também dos circuitos de comercialização) e rapidamente SINOP chegou a uma situação de superprodução. Hoje esta lavoura se tornou marginal e não se encontra mais créditos para ela.

3.1.7 Guaraná

220 ha de guaraná foram recenseados no município de SINOP. Parece ser uma lavoura permanente em fase de desenvolvimento. O departamento agrícola da usina tem projeto para plantar guaraná.

Desde 1982, o Banco do Brasil fornece uma pequena ajuda para seu plantio.

3.1.8. Seringueira

A lavoura da seringueira, depois do prazo de entrada em produção, de sete anos, parece ser a lavoura mais compensadora. Os empréstimos especiais ligados a esta cultura fazem com que hoje cerca de 2.500 ha sejam dedicados às seringueiras, e esta superfície tende a crescer mais. Entretanto, nestes últimos três anos, o Banco do Brasil não contemplou com financiamento mais do que 120 ha. Hoje, só 800 ha estão na fase de produção e o rendimento estimado seria de 600 kg/ha/ano.

3.2. Pecuária

Na área de floresta não se pode fazer pastagens naturais, pois as pragas são inúmeras. Só há pastagem cultivada. Encontra-se cerca de 40.550 ha de pastagens.

A criação de gado de corte parece aumentar: 38.050 cabeças em 1980, 60.000 em 1983. São grandes e pequenos produtores.

A criação de gado de leite parece decrescer; 886 cabeças em 1980, 500 em 1983. A dificuldade para se encontrar mão-de-obra seria uma explicação para este progressivo abandono, o que explica que na cidade falte leite e o seu preço seja alto.

A pecuária é pouco incentivada e recebe apenas 2% dos créditos rurais.

3.3. O Crédito Rural

O valor do crédito rural veiculado pelo Banco do Brasil decresceu bastante entre 1982 e 1983, tanto em números de contratos (-29%), quanto em valor.

Apesar do crédito rural seguir as tendências da produção, é difícil encontrar uma política agrícola coerente, tendo em vista sua distribuição. Apenas pode-se dizer que beneficia a 95% dos pequenos produtores e que o arroz, o milho e a mandioca, ou seja, somente lavouras temporárias recebem quase 3/4 de todos os créditos rurais. Nota-se a ascensão do milho e o surgimento da soja.

Os créditos são usados para suprir os custos da entressafra em mais de 60%, para ajudar o investimento, 30%, e o que sobra fica para a comercialização.

Esta situação, nacional de resto, mostra a dificuldade de se produzir de um ano para o outro sem ajuda. É provável que o valor da produção, em Sinop, seja inferior ao valor total dos créditos.

CRÉDITOS CONCEDIDOS PELA AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL EM SINOP (MT) À AGROPECUÁRIA

TIPOS DE BENEFICIÁRIOS	Nº DE CONTRATOS			VALOR (CR\$ MIL)		
	1981	1982	1983	1981	1982	1983
MINI E PEQUENO PRODUTOR	2.440	4.940	3.496	627.444	2.328.384	3.087.581
MÉDIO PRODUTOR	189	352	136	282.701	638.144	624.476
GRANDE PRODUTOR	11	12	8	42.430	47.743	682.237
COOPERATIVAS	4	1	7	7.456	41.168	336.458
BENEFICIADORES	-	-	3	-	-	28.539
TOTAL	2.644	5.305	3.650	960.031	3.055.439	4.759.291

CRÉDITOS CONCEDIDOS PELA AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL EM SINOP (MT) À AGROPECUÁRIA

	VALOR DOS CRÉDITOS (Cr\$ mil)						ÁREA FINANCIADA (ha)					
	1981		1982		1983		1981		1982		1983	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
<u>LAGUNAS</u>												
<u>CRÉDITOS TOTAIS POR PRODUTOS</u>												
- Arroz	468.444	49	1.000.670	33,5	1.314.080	28	21.168	62	26.565	45	12.928	32
- Mandioca	180.098	19	615.519	20,5	893.811	19	5.465	16	7.037	12	11.563	28
- Milho	62.857	6,5	778.835	26	937.577	20	4.707	13,5	19.666	33	11.584	28
- Guaraná	-	-	50.384	1,5	8.630	-	-	-	145	-	18	-
- Café	6.532	0,5	53.742	2	77.479	2	320	1	404	1	727	2
- Mamona	-	-	-	-	28.500	1	-	-	-	-	375	1
- Soja	2.671	0,5	94.925	3	376.527	8	150	0,5	2.232	4	3.793	9
- Seringueira	977	-	31.130	1	69.808	1,5	20	-	31	-	66	-
- Feijão	31.071	3,5	73.265	2,5	-	-	2.352	7	3.291	5	-	-
- Pimenta do Reino	-	-	400	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Juta	-	-	5.955	0,5	-	-	-	-	49	-	-	-
- Serenites	-	-	-	-	7.656	-	-	-	-	-	4	-
<u>CRÉDITOS GERAIS NÃO REPARTIDOS POR PRODUTO</u>												
- Comercialização	971	-	19.257	0,5	33.623	1	-	-	-	-	-	-
- Melhoramento	117.625	12,5	72.346	2,5	379.038	8	-	-	-	-	-	-
- Máquinas e Veículos	49.247	5	120.295	4	475.015	10	-	-	-	-	-	-
- Outros Investimentos	32.658	3,5	78.686	2,5	64.722	1,5	-	-	-	-	-	-
<u>TOTAL AGRICULTURA</u>	953.151	100	2.995.410	100	4.666.466	100	34.182	100	59.419	100	41.058	100
<u>PECUÁRIA</u>												
CRÉDITOS DE PRODUÇÃO	2.084	30	52.290	87	25.935	28	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS DE INVESTIMENTOS	4.796	70	7.739	13	66.890	72	-	-	-	-	-	-
TOTAL PECUÁRIA	6.880	100	60.029	100	92.825	100	-	-	-	-	-	-
TOTAL AGROPECUÁRIA	960.031		3.055.439		4.759.291		-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS DA PECUÁRIA/TOTAL CRÉDITOS	0,7%		2%		2%							

Fonte: a partir dos dados do Banco do Brasil

3.4. Tendências

Dez anos talvez não sejam suficientes para avaliar um projeto de colonização. Porém, o conhecimento do processo de "abertura e fechamento" da fronteira agrícola, juntamente com os resultados do trabalho de campo podem ajudar a detetar fortes tendências.

As lavouras perenes, incentivadas no início da colonização, estão na fase de decréscimo (café, pimenta), substituídas, pouco a pouco, por outras lavouras com mercados mais abertos. Provavelmente o pequeno produtor não pode suportar duas vezes a carga do investimento e do prazo de entrada em produção de novas culturas perenes (seringueira, guaraná).

A produção dominante é o arroz, lavoura típica de abertura do campo, bem mecanizada, e incentivada pela política de preço mínimo do governo.

A criação de gado e a lavoura de soja se desenvolvem, reproduzindo uma situação já bem conhecida na agricultura brasileira e que deveria, apesar das negações dos responsáveis da SINOPI, já criar um fenômeno de concentração da terra.

Mas a produção maior, que tem a maior quantidade de efeitos induzidos é ainda a exploração da floresta, característica de uma área pioneira ainda não estabilizada.

Então, estamos surpresos perante o pequeno dinamismo agrícola da cidade, que contraria o discurso mobilizador e entusiasmado da colonizadora.

As unidades agrícolas que visitamos, foram escolhidas pelo nosso guia, como aquelas que conseguiram sucesso, tendo projetos de expansão. Todas essas unidades têm as características seguintes:

- uma abertura para o mercado da própria cidade: a bastecimento de verduras, de carne, de ovos e para autoconsumo; a exploração agrícola é sempre complementada pela renda de um emprego na cidade;

- uma integração da exploração: matérias-primas produzidas (artesanalmente e caseiras) e uma utilização dos subprodutos;

- uma exploração sem intermediários, com venda direta, seja graças às ligações familiares, seja graças às facilidades oferecidas pela administração.

Esta corrente de integração para trás e para frente permite margens maiores de lucro e uma relativa redução de impostos a serem pagos a cada etapa da produção e da comercialização.

Assim, parece que para sobreviver, o pequeno produtor tem que se livrar de sua situação de pioneiro obrigado a abastecer o centro, na qual se encontra estrangulado pela distância entre a fronteira e os mercados, entre os preços dos insumos e os preços mínimos de compra da sua produção.

Para jogar com a margem de preços fixados pelo exterior, que não deixam nem a simples remuneração do trabalho, ele tem que abandonar a sua ligação com o centro, produzir para o mercado local, dominar seus insumos e a comercialização.

No caso de SINOP, um mercado local existe, dinamizado pela situação da cidade na Cuiabá-Santarém. SINOP é a única cidade da região a gozar deste privilégio. Mas, para um produtor que conseguiu fugir dos constrangimentos da produção pioneira, quantos estão agora num estado de descapitalização, em autosubsistência, e quantos têm que ir embora?

4. EFEITOS INDUZIDOS

A industrialização, o comércio e os serviços são efeitos ligados à colonização. São criados pela própria atividade agrícola, resultado das intervenções urbanistas do governo, com seqüência da abertura de novos espaços de troca e também da iniciativa da estruturação da cidade.

É difícil falar sobre relações automáticas entre cidade e industrialização. O que interessa aqui são os fatos que permitem dar a uma cidade uma estruturação que faz com que ela vá além de seu papel de apoio à agricultura para ter outras funções.

4.1. Construção Civil

A colonizadora no início, construiu as infra-estruturas rurais e urbanas. Hoje não há obrigação da escolha de uma empresa em particular.

O setor da construção civil parece não conhecer crise. A maioria das empresas foram criadas em SINOP há pouco tempo (menos de 4 anos).

- Encontramos: PROENCO
- HABITEC
- GONZALES
- ENGEL
- CELESTE,

as maiores empresas de construção civil geral.

Estas empresas têm contratos particulares e contratos com prefeitura. São pequenas empresas locais.

As grandes empresas nacionais atuam na construção da estrada e na realização de obras estaduais.

No total, na estação seca, o setor da construção civil emprega 800 pessoas no município, mais 1.000 pessoas nas atividades madeireiras.

EMPRESAS LIGADAS A CONSTRUÇÃO CIVIL NO DISTRITO DE SINOP

Fontes: DADOS DA PREFEITURA - 1983

ARTEFATOS DE CIMENTO	2
CERÂMICAS	4
CONSTRUÇÃO CIVIL	8
EXTRAÇÃO DE AREIA E CASCALHO	1
FERRARIAS	2
INDÚSTRIAS DE METAL E SERRALHERIA	7
MADEREIRAS	156
VIDRAÇARIAS	3
LAMINADORAS	21
CHAPEADORAS	11

ORIGEM DOS PRODUTOS

- AREIA	local - do Rio Celeste
- CASCALHO	local
- CIMENTO	Goiânia - Limeira (S.P.)
- FERRO	São Paulo
- PEDRA BRITADA	Cuiabá
- MADEIRA	local
- SEIXO LAVADO	local
- TIJOLOS	local
- CERÂMICA	São Paulo

4.2. A Indústria da Madeira

A atividade da madeira é a maior do município, no qual mais de 90% do território ainda permanecem em mata. A atividade de desflorestamento criou várias atividades para frente: madeiras, serrarias, laminadoras, fábrica de móveis...

Estima-se que quase 200 estabelecimentos estão ligados à madeira e criam mais de 1.000 empregos neste setor.

A base de cálculo do ICM sobre as toras favorece uma transformação no município mesmo ^{o setor da} -33,5% da arrecadação do ICM.

A associação dos madeireiros reúne de 20 a 30 sócios. A maioria das serrarias são do tipo "pica-pau", que não pagam taxas, aproveitando menos do que 30 m³ de madeira por mês. Geralmente não profissionais, com existência efêmera, porém são a maior parte de abastecimento da cidade. Os custos de produção das madeiras oficiais são demasiado altos.

COEFICIENTES TÉCNICOS

- 1 m³ de toras → 0,70 m³ beneficiadas
→ 0,45 m³ industrializadas
 - 25 m³ à 40 m³ de madeira por alqueire
 - 500 m³/mês exige um desflorestamento de 33 hectares/mês ⇒ 1 hectare por dia
- 30 empresas com consumo de 500 m³/mês por 8 meses perfariam um desflorestamento de 8.000 ha/ano .

4.3. Destilaria de Mandioca - SINOP

4.3.1. História

Diz-se que o presidente da COLONIZADORA SINOP S.A. sempre quis ajudar o pequeno produtor. A idéia da usina de produção de álcool a partir da mandioca liga-se à preocupação de favorecer a lavoura do pequeno produtor, ao mesmo tempo que visa absorver uma possível produção excedente.

A estrutura mecânica da produção de mandioca é baseada na estrutura posta à produção de cana-de-açúcar dos grandes proprietários, que empregam bóias-frias.

Dentro da ótica de poupar divisas, com a produção nacional de carburante, argumentou-se que a mandioca tem um maior rendimento de álcool do que a cana-de-açúcar (18% contra 7%), além de que se poderia colher o ano todo contra apenas 6 meses para a cana.

Na realidade, estes raciocínios são bastante inconsistentes, pois o rendimento por hectare é muito maior para a cana (até 100 toneladas contra no máximo de 40 toneladas para a mandioca). Existem já usinas de mandioca em Minas Gerais e na Bahia, embora não tenham obtido bons resultados.

No início, em 1973, a usina devia ter uma capacidade de só 20.000 litros por dia. No âmbito da crise do petróleo, a capacidade foi fixada a 150.000 litros por dia durante 320 dias no ano. Com a criação do programa Pró-Álcool em 1975, não houve problema de financiamento e o projeto foi aprovado pelo Conselho Nacional do Álcool, em maio de 1976.

Com um rendimento previsto de 25 toneladas/ha, a taxa de retorno devia se fixar em 10% e um total das vendas de qua

se 30 milhões US \$ deveria permitir uma taxa de lucro de 21%, a partir de 1985.

Cerca de 99,5% dos equipamentos são fabricados no Brasil e a escolha da companhia BECKER evita o pagamento de "royalties".

A situação da usina na estrada Cuiabá-Santarém criaria economia de fretes e 30% da produção deveria ser consumido na região.

4.3.2 Financiamento

Encontrar o financiamento inicial foi fácil. Mas a demora da SUDAM em mandar sua participação (em junho de 1981 a SUDAM tinha mandado só 5 milhões de cruzeiros, seja 2,5% de seu envolvimento em cruzeiros de 1977!), a demora na escolha dos equipamentos, enquanto os empréstimos não eram indexados com a inflação, os problemas de abastecimento e o atraso do funcionamento da usina, levaram a SINOP a emprestar novos recursos do Banco do Brasil. Estes desinaram-se a pagar os fundos da SUDAM, os juros do Proálcoole dos empréstimos ligados ao atraso da SUDAM e às perdas de produção. Hoje a situação é muito difícil, e sem dúvida o capital da SINOP vai se transformar em emissão de debêntures em direção de um conjunto de bancos. Já o Banco do Brasil tem hipoteca sobre a usina.

Até o início de 1984, a repartição dos acionistas era a seguinte:

Colonizadora SINOP:	87,70%
BAMERINDUS:	5,00%
Diversos:	4,57%
SINOP TERRAS:	2,72%
Cooperativa:	0,01%
	<hr/>
	100%

Nem a SUDAM, nem o Banco do Brasil são acionistas da SINOP AGROQUÍMICA.

Os "incentivos fiscais" da SUDAM são uma forma de participação de graça que não levam, necessariamente, ao reembolso nem ao pagamento de juros. O Banco do Brasil emprestou recursos através do Proálcool com prazo de 12 anos, no início com ju-

ros de 15% e só depois, com juros de 5% mais 70% do crescimento da ORTN. Posteriormente emprestou recursos fora do Proálcool em condições menos favoráveis.

A SINOP participou com recursos próprios vindos do lucro da colonização e com as terras nas quais ficam a usina e os campos de mandioca.

O valor do projeto, quando foi aprovado pelo Conselho Nacional do Álcool, no dia 10 de maio de 1976, era de 503 milhões de cruzeiros. Com a inflação, a reatualização das participações, diferente segundo cada caso, os problemas encontrados, mudou a composição do financiamento do investimento inicial. Pode-se colocar que o custo do investimento foi de 48 milhões de dólares (+ 4 milhões de ORTN). Era previsto o seguinte, em junho de 1977:

	mil Cr\$	%
- Banco do Brasil		
Proálcool	242.000	45,5
- SUDAM-FINAM	145.000	37
- Recursos próprios		
da SINOP Agroquímica	93.000	17,5
	<hr/>	<hr/>
	530.000	100%

A apresentação contábil não coloca claramente os juros intercalares dentro do investimento. Além disso é difícil se conhecer até hoje, exatamente, a participação de cada um (Banco do Brasil, SINOP, SUDAM) no financiamento do investimento no funcionamento da usina e na parte agrícola. O que aparece como recursos da SINOP podem ser dívidas com o Banco e o que aparece como da SUDAM, pode ter sido adiantado pelo Banco do Brasil. Então, ao

valor do investimento se deveria crescer as dívidas da empresa. Há 3 anos que a empresa não produz senão 10% da sua capacidade. O déficit, os custos de manutenção, o emprego das 300 pessoas agora empregadas e o pagamento dos juros são altíssimos.

Em setembro de 1982, nota-se um deficit operacional mensal de 30 milhões de cruzeiros. A necessidade de intensificar a parte agrícola para abastecer a usina, levou a pedir um novo empréstimo.

Com o jogo dos juros e da correção monetária, são, em março de 84, quase 3 bilhões de dívidas com o Banco do Brasil.

Para assegurar a situação financeira e seguir uma política agrícola coerente com as necessidades do abastecimento, seriam necessários (em março de 1984) 18,5 bilhões de dólares (um quarto do investimento inicial!). Este valor foi transformado em emissão de debêntures com um consórcio de bancos. O Banco do Brasil hipotecou a usina.

Ainda é difícil prever a liquidação jurídica deste fracasso. A maior instância, o Conselho Monetário, votou nova ajuda, com prazos de carência e taxas de juros favoráveis ao projeto.

A primeira vista, este projeto fracassou por falta de previsão do cronograma de realização, das necessidades em capital de giro e do desenvolvimento da parte agrícola. Causam espanto as dificuldades para se obter o financiamento da SUDAM e o prazo decorrido para a intervenção das autoridades públicas.

ESTRUTURA DO INVESTIMENTO (em porcentagem)

59.

Usina só

- TERRENO	13,5
- CONSTRUÇÃO CIVIL	10
- MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	42
- INSTALAÇÃO e MONTAGEM	3,5
- MÓVEIS - UTENSÍLIOS	
VEÍCULOS	0,5
- ENGINEERING	6,5
- ENSAIOS OPERACIONAIS	5
- ENCARGOS FINANCEIROS	11
- ASSISTÊNCIA TÉCNICA	0,5
- OUTROS	7,5
	<hr/>
	100

4.3.3 A Usina

A usina foi construída pela empresa alemã BECKER, cuja filial pertence ao grupo SINOP, e a tecnologia esteve a cargo da empresa Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A., de São Paulo.

Ela produzirá álcool hidratado e álcool desidratado, e amido industrial, além de abastecer de energia elétrica a cidade. Em breve será ligada ao outro lado da BR-163 por um "pipe line" aos compradores. São eles: SHELL, PETROBRAS, ESSO, TEXACO, ATLÂNTIDA, SÃO PAULO DISTRIBUIDORA. O Conselho Nacional de Petróleo é distribuidor.

Em 1982, a usina funcionou experimentalmente. Em 1983, produziu 4,9 milhões de litros (10% da capacidade prevista). Espera-se, em 1984, 7 milhões de litros de álcool.

É impossível calcular a rentabilidade real da usina. Os investimentos foram incentivados, e hoje os custos de manutenção são cobertos pelo governo. Não há produção constante, e pode-se recear de que nunca haverá produção de mandioca suficiente para abastecer a usina. Além disso, o preço do álcool é fixado pelo governo para todo o país e o preço da mandioca não pode ser rebaixado numa situação de penúria de matérias-primas. A margem dos custos explode.

Parece que a tecnologia é boa. Do ponto de vista técnico não houve problemas e a capacidade real seria bem superior à capacidade nominal. O problema parece estar mais ligado às dificuldades de plantio da mandioca e aos altos custos do transporte aos centros consumidores.

A energia necessária é de 3.200 kw/dia e vem da lenha. Hoje a usina consome 400 m³ de lenha por dia para a sua manutenção e para o abastecimento de energia da cidade de SINOP. No período de safra, chega até 700 m³/dia. A recuperação dos res -

tos de mandioca deveria fornecer energia e permitir um consumo de lenha mais baixo.

A partir dos restos, por decantação, se produzem adubos. O ácido cianídrico será reciclado e jogado no rio. A usina precisa de uma quantidade de água tratada igual ao peso da mandioca beneficiada (ou seja, 860 m³ por dia). A proximidade do rio proporciona a possibilidade de reciclar a água e facilita o abastecimento.

Para estocar a mandioca, numa capacidade prevista de 7.500 toneladas, deve-se, antes, transformá-la em farinha. Quanto ao álcool, pode-se estocar cerca de 8,4 milhões de litros, equivalente a 56 dias de produção.

Entre a chegada da mandioca na usina e sua saída em álcool, passam-se 72 horas.

ESTRUTURA DOS CUSTOS DA DESTILARIA (PROJETO)

	%
- CUSTOS FIXOS OPERACIONAIS :	
SALÁRIOS - SEGUROS - MANUTENÇÃO	13
- CUSTOS FIXOS NÃO OPERACIONAIS :	
AMORTECIMENTO - DEPRECIAÇÃO	15,5
- CUSTOS OPERACIONAIS VARIADOS :	
INSUMOS	51,5
MÃO-DE-OBRA	3
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	12,5
DIVERSOS	3,5
- DESPESAS FINANCEIRAS	1
CUSTO TOTAL	<u>100%</u>

As necessidades em capital de giro são de 13,6% do custo total.

CONSUMO ANUAL

MANDIOCA	275.000 T
ENZIMAS	264 T (importadas)
LENHA	215.424 m ³
ÓLEO COMBUSTÍVEL	1,8 T
LUBRIFICANTES	2,4 T

4.3.4 Parte Agrícola

Um departamento (DAG) orienta a parte agrícola da usina nos terrenos próprios. Ele trata, também, do abastecimento da usina com lenha para fornecimento de energia.

O apoio técnico dos produtores individuais é feito pela EMATER.

A SINOP Agroquímica tem 25.000 hectares de terras. Este ano (1984), serão plantados 2.507 ha. A maior parte das terras ainda são mantidas como matas.

O DAG emprega hoje 1.200 pessoas: 800 para o desmatamento e o plantio da mandioca e 400 para a coleta da lenha. No período da safra, 1.500 pessoas trabalham nos campos de mandioca.

- Mecanização

Não é possível mecanizar completamente o plantio e a colheita da mandioca. As máquinas podem ajudar a destocar, mas a colheita deve ser feita manualmente.

- Produtividade

Espera-se uma produtividade de 12 toneladas/ha nas áreas ainda não destocadas, o que impede a mecanização, e 16 T/ha nas áreas que podem ser mecanizadas.

Na verdade, as terras parecem bem fracas e a produtividade não ultrapassa 20T/alqueire (8 T/ha).

- Ciclo

Existem duas variedades de mandioca. Uma variedade se planta no início do verão (setembro) para ser colhida um ano depois. A outra variedade se planta no final das chuvas (abril) e pode-se colher um ano e meio até dois anos depois.

Parece que de abril até dezembro não haveria dificuldade em abastecer a usina. Fora deste período, o problema liga-se à impossibilidade de tirar a mandioca dos campos, na estação das chuvas. Nesta estação, os tratores e caminhões ficam impossibilitados de trabalhar.

CUSTOS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Sem considerar o custo de aquisição da terra, e numa hipótese de uma produtividade de 16 T/ha para a mandioca colhida mecanicamente e de 12 T/ha para a mandioca plantada nos tocos, chega-se ao preço por hectares: (preço em maio de 1984) de Cr\$ 350.000 no primeiro caso, Cr\$ 250.000 no segundo, com um preço de Cr\$ 40.000 por tonelada. Depois do pagamento dos custos fixos, do pessoal e dos impostos, o saldo seria de Cr\$ 12.000 por tonelada, segundo o padrão fixado pela usina.

Na realidade, o rendimento é de 8 T/ha e o saldo líquido pode cair até Cr\$ 3.000 por tonelada.

Custos por hectare: (Cr\$)

- plantio	50.000
- 2 capinagens	60.000
- colheita	
+ frete	100.000
	<u>210.000</u>

Para 8 T/ha, o saldo é de Cr\$ 110.000 por ha.

COEFICIENTES TÉCNICOS (por hectare - h/d = homem por dia)

	1. <u>LAVOURA NA TOCA/ha</u>	2. <u>LAVOURA MECANIZADA/ha</u>
<u>Produtividade</u>	15 T	19 T
<u>Matérias-Primas</u>		
- Manivas	4 m ³	4 m ³
- Defensivos	4 kg	4 kg
<u>Mão-de-obra</u>		
- Preparo da área	5 h/d	4 h/d
- Preparo de ramas	3 h/d	3 h/d
- Plantio	7 h/d	6 h/d
<u>Tratos culturais</u>		
- 2 capinas	10 h/d	15 h/d
- tratos fitossanitários	1 h/d	1 h/d
- colheita	15 h/d	19 h/d
<u>Custos</u>	42,5%	45,5%
<u>Frete</u>	25%	19,5%
<u>Receita</u>	32,5%	35%
<u>Valor Venda</u>	100%	100%

Com o amortecimento das máquinas, é provável que o lucro previsto dos dois tipos de lavouras seja igual.

4.3.5 O Abastecimento

A capacidade da usina é de 150.000 litros/dia. Prevê-se um funcionamento de 320 dias/ano.

Para esta capacidade, precisa-se de 860 toneladas por dia. O rendimento é de 18%, ou seja, 275.000 toneladas/ano.

6 toneladas de mandioca + 100 litros de álcool
--

As variedades da região têm 30% de amido em peso total. Não há problema de inadequação de variedades (houve problema, no início, com variedades sulistas que se adaptaram mal ao solo e ao clima, mas não com respeito ao teor de amido).

Para chegar a 860 toneladas precisa-se colher 100 ha de mandioca.

produtividade média atual
8 toneladas/ha

ou seja, 33.000 ha por ano.

Mas, a mandioca não tem uma periodicidade de colheita anual e a terra precisa de descanso ou rotatividade das culturas. Na média se faz uma colheita cada dois anos.

Para abastecer a usina como o plano inicial prevê, precisa-se de 66.000 ha reservados para uma produção principal de mandioca.

Em 1983, foram entregues 31.000 toneladas, sendo 3.500 da plantação da usina. Em 1984, prevê-se uma entrega de 45.000 toneladas e 4.500 pela plantação da usina.

Esta é a produção de uma área de mais ou menos 10.000 hectares, ou seja, somente de 15% da superfície necessária para o funcionamento da destilaria dentro das normas técnicas previstas.

4.3.6 A Participação dos Pequenos Produtores

Para esta safra, o preço de compra nas portas da usina será de Cr\$ 40.000 por tonelada. O ano passado foi de Cr\$..... Cr\$ 12.000 .. Este preço é fixado em relação ao preço da gasolina. Esta indexação permitiu um crescimento um pouco além da inflação.

O Banco do Brasil financia todos os projetos de plantação de mandioca.

Talvez os pequenos produtores tenham desconfiado da usina, talvez tenham encontrado outras lavouras mais compensadoras. De fato, não existem grandes plantações de mandioca nas terras da SINOP.

A SINOP tenta incentivar os pequenos produtores do município de COLIDER, onde o tamanho médio das propriedades, menor, favorece a produção de mandioca. Mas muitos destes pequenos produtores não têm título oficial de propriedade, o que impede um empréstimo do Banco. A Sinop ofereceria garantia para eles. Mas a mandioca é uma planta frágil. Ela pode esperar ali três dias depois da colheita para ser beneficiada, mas o transporte sobre estradas em más condições de tráfego pode estragar uma boa parte da produção. Na usina não se pode estocá-la "in natura". Tem de ser transformada em farinha.

O problema do frete é importante. A usina tem 20 caminhões e pediu um empréstimo para comprar mais 10. O abastecimento das linhas ocupa numerosos caminhões.

Se os agricultores de SINOP preferirem outras atividades ao invés da produção de mandioca, a usina terá de se abastecer num raio de mais de 200 km. O custo do transporte vai en

tão se tornar muito pesado e a organização da entrega, numa hipótese de impossibilidade de estocar, será demasiado alto.

Para contornar isso, a SINOP oferece aos agricultores que querem produzir mandioca, terras em consigna^ção, já derubadas e limpas, e ramas de mandioca.

É ainda demasiado cedo para se saber se este acordo terá êxito ou não.

4.4 Serviços e Comércio

As atividades urbanas parecem haver tomado a dianteira das atividades agrícolas, em consequência da posição de Sinop no eixo rodoviário Cuiabá-Santarém a única via em condições de tráfego no sentido NE-SE em todo o Mato Grosso, e em consequência do próprio desenvolvimento urbano. A cidade não é apenas um simples apoio das atividades agrícolas, voltadas para o exterior, pois que a dinamização trouxe suas próprias necessidades.

O comércio é predominante. O recenseamento da Prefeitura, em 1983, mostra a importância das atividades propriamente urbanas. Existem na cidade:

- 24 estabelecimentos de comércio por atacado;
- 298 estabelecimentos de comércio a varejo;
- 267 estabelecimentos de prestação de serviços;
- 217 indústrias (essencialmente madeiras);
- 5 bancos
- 7 hospitais e centros de saúde;
- 5 escolas (das quais um seminário e uma escola de 2º grau) com um total de 4.000 alunos.

A característica aleatória da cobrança do ICM obriga a utilizar as estatísticas deste imposto com prudência, quando se trata de verificar a exatidão das atividades econômicas regionais. Mesmo assim, as receitas do ICM arrecadadas no município de Sinop permitem tirar, em largos traços, algumas conclusões sobre a repartição das atividades.

Município criado em consequência de um projeto de colonização agrícola, Sinop não arrecada mais de 16% da receita do ICM com as atividades rurais. O comércio participa com um terço, em condições de igualdade com a madeira.

ORIGEM DAS RECEITAS DO ICM EM 1983MUNICÍPIO DE SINOP - MATO GROSSO

COMÉRCIO	34%
INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO VEGETAL	33,5%
INDÚSTRIA	16,5%
AGRICULTURA	14,5%
PECUÁRIA	1,5%
	<u>100,0%</u>

FONTE: COORDENADORIA DE TÉCNICA FISCAL.

pagam impostos e taxas na prefeitura (todo o município);

- 800 empresas pagam ISS (3,5% sobre a prestação de serviços);

- 2.000 empresas pagam ICM;

- 8.000 trabalhadores autônomos pagam ISS para estar inscritos no INPS.

Foram realizadas entrevistas aleatórias em 25 estabelecimentos comerciais e em 10 empresas de prestação de serviços situadas na principal artéria comercial, a Avenida dos Magnos e ruas adjacentes. Ressaltando que não foram entrevistas exaustivas, podemos, a partir desta amostra, extrair as conclusões seguintes:

1. Uma grande diversificação. Os produtos e serviços oferecidos não se reduzem à satisfação de primeiras necessidades (alimentação, construção, farmácia), mas testemunham um certo bem-estar, senão de um poder de aquisição que permite o acesso a certos supérfluos (lojas de presentes, de decoração, de fotografias, artigos de lazer, floricultura). A clientela de Sinop se estende aos municípios vizinhos.

2. Um comércio próspero. Não encontramos lojas com receitas mensais inferiores a Cr\$ 1.500.000. A média se situa em torno de Cr\$ 25.000.000,00. Isto nos leva a inquirir sobre a ausência aparente do setor informal. Não encontramos pequenos negócios, nem reparadores precários, apenas alguns vendedores ambulantes.

Quatro fatores explicam este fenômeno: a possibilidade de cada um conseguir um emprego assalariado; a configuração da cidade, que permite o controle da ocupação dos lotes e obriga o comércio a ter prédio apropriado, a característica dos colonos que querem se instalar e um certo auto-controle social da comunidade. Não existe outra estratégia de sobrevivência na cidade de Sinop que não seja a vontade de subir na escala social.

As margens comerciais são bastante confortáveis.

3. Empresas ainda familiares. Os proprietários são originários do Paraná e fazem parte integrante do movimento migratório. Raros são os comerciantes exteriores a esse movimento. Eles retomam, muitas vezes, uma atividade já exercida na cidade de origem, na qual a concorrência era muito grande.

A maior parte dos prestadores de serviços, dos arquitetos, dos gráficos, dos médicos compraram, depois de algum tempo, lotes rurais, decididos a comercializar, eles mesmos, sua produção (carne, leite, ovos, arroz). Outros, abriram lojas, colocaram suas mulheres no caixa e adquiriram, assim uma inegável respeitabilidade urbana. Esta integração da produção, estas relações campo-cidade são, geralmente, testemunho de sucesso. Não se é bem sucedido permanecendo apenas no campo, sem vínculos ou envolvimento urbano. Nos últimos anos, estabeleceram-se comerciantes sem ligação com os lotes rurais. Seu capital era muito pequeno, e fez com que escolhessem a aventura urbana ao "status" arriscado de colono.

A mobilidade social tão alardeada em áreas de fronteira não parece muito visível em Sinop. Com poucas exceções, cada migrante permanece no mesmo ponto da escala social em que partiu do local de origem; depois de um breve momento de euforia devido ao acesso à propriedade da terra, em condições muitas vezes difíceis, quando consegue esta propriedade.

O emprego nas lojas é, principalmente, familiar.

4. Uma mão-de-obra escassa. Em uma cidade símbolo, ainda hoje, da possibilidade de se elevar socialmente, a mão-de-obra é escassa e rara. A seleção dos migrantes nos locais de origem e a aquisição de terras, medidas tomadas para frear a imigração espontânea e as "invasões", atraíram a Sinop os pequenos proprietários, desejosos de lá chegar e aí permanecer. A cidade se desenvolveu de acordo com este princípio e parece que os colonos que fracassaram em seus empreendimentos agrícolas preferem migrar novamente a tornarem-se trabalhadores agrícolas.

Apesar de que os problemas de escassez de mão-de-obra não sejam tão agudos quanto em Alta Floresta, onde a proximidade dos garimpos atrai os trabalhadores, é necessário trazer pessoal do Paraná ou, de preferência, dos pequenos estabelecimentos de parentes mais ou menos próximos.

Parece não haver, em Sinop, setores profissionais de assalariados, pois o isolamento da cidade e sua concepção urbanística não oferece condições adequadas para a utilização de "bóias-frias" ou trabalhadores sazonais.

Esta falta de mão-de-obra contribui para a falência das pequenas empresas agrícolas e orienta a produção para setores que economizam trabalho: culturas mecanizadas, criação, etc... Assim, temos o caso concreto de uma queda da produção de leite por causa da dificuldade de encontrar pessoal assalariado.

O salário de base é fixado muito acima do salário mínimo. Os salários são elevados não só para estabilizar a mão-de-obra, como para compensar o custo de vida alto da cidade.

As queixas são unânimes em deplorar a falta de pessoal qualificado (apesar de serem os trabalhadores originários do sul) e a elevada taxa de rotatividade. Oferece-se, assim, muitas vantagens aos empregados, tais como alojamento e prêmios.

Cada loja comercial oferece uma média de quatro empregos, incluindo o patrão.

6. Os produtos importados do sul

Os produtos vendidos na praça local vêm diretamente dos grandes centros industriais de Rio e São Paulo, da região de origem dos migrantes (Paraná) e, para o material de construção, igualmente de Goiás e de Minas. O Estado do Mato Grosso, particularmente Cuiabá, não é muito solicitado. A capital do Estado é apenas ponto de transbordo para produtos específicos, como farmacêuticos e, além disso, alguns preços agrícolas são regulados por sua bolsa de valores. Os contatos são feitos diretamente com os produtores do sul e a maior parte do comércio tem, senão seus próprios caminhões, pelo menos os meios de acioná-los a longa distância. Vimos arroz do Rio Grande do Sul e cebolas de Curitiba.

Mas, a integração da atividade agrícola local se desenvolve. Assim, o arroz é descascado localmente e prevê-se um mercado de hortifrutigrangeiros para favorecer o escoamento da produção local.

Pode-se imaginar que, dentro em pouco, Sinop será autosuficiente para seu abastecimento em produtos alimentares e sem dúvida, poderá alargar seu mercado para os arredores.

4.4.1 Os transportes

O maior problema de Sinop são os transportes, devido aos altos custos e à estação das chuvas que dificulta toda transação comercial.

Os comerciantes particulares realizam 95% dos intercâmbios; as empresas privadas de transporte (são 12, todas filiais de grandes empresas de fora da região) detêm apenas 5% do mercado.

Na época da safra, os caminhões levam arroz e vêm vazios de Cuiabá. Para produtos da CIBRAZEM há uma cota da CFP, que o mercado ganha em concorrência. Não há exportação de gado em pé, somente em caminhões.

A atividade poderia atingir uma média de 100 caminhões por dia. Os preços, em maio de 1984, ficavam em torno de Cr\$ 50.000 a ton, de São Paulo a Sinop, mas são contraditórios, dependendo do volume, da companhia, da maneira de calcular e dos contratos. Encontramos, para mercadoria comum, pela via normal, por Expresso, de Sinop até São Paulo, desde 150 cruzeiros o quilo até 400 cruzeiros o quilo. Para a madeira, os preços de transporte ficam em 50% da venda final.

Estatísticas

As empresas privadas centralizam as informações na cidade da matriz, e cada loja tem suas informações. Na entrada, como a mercadoria já pagou ICM, não há registro no posto fiscal. Na saída, seria possível encontrar estatísticas do ICM, mas estas são centralizadas em Cuiabá e faltam dados para a mercadoria que pagou ICM antes de sair do município.

5. A CIDADE

5.1 O Projeto Urbano

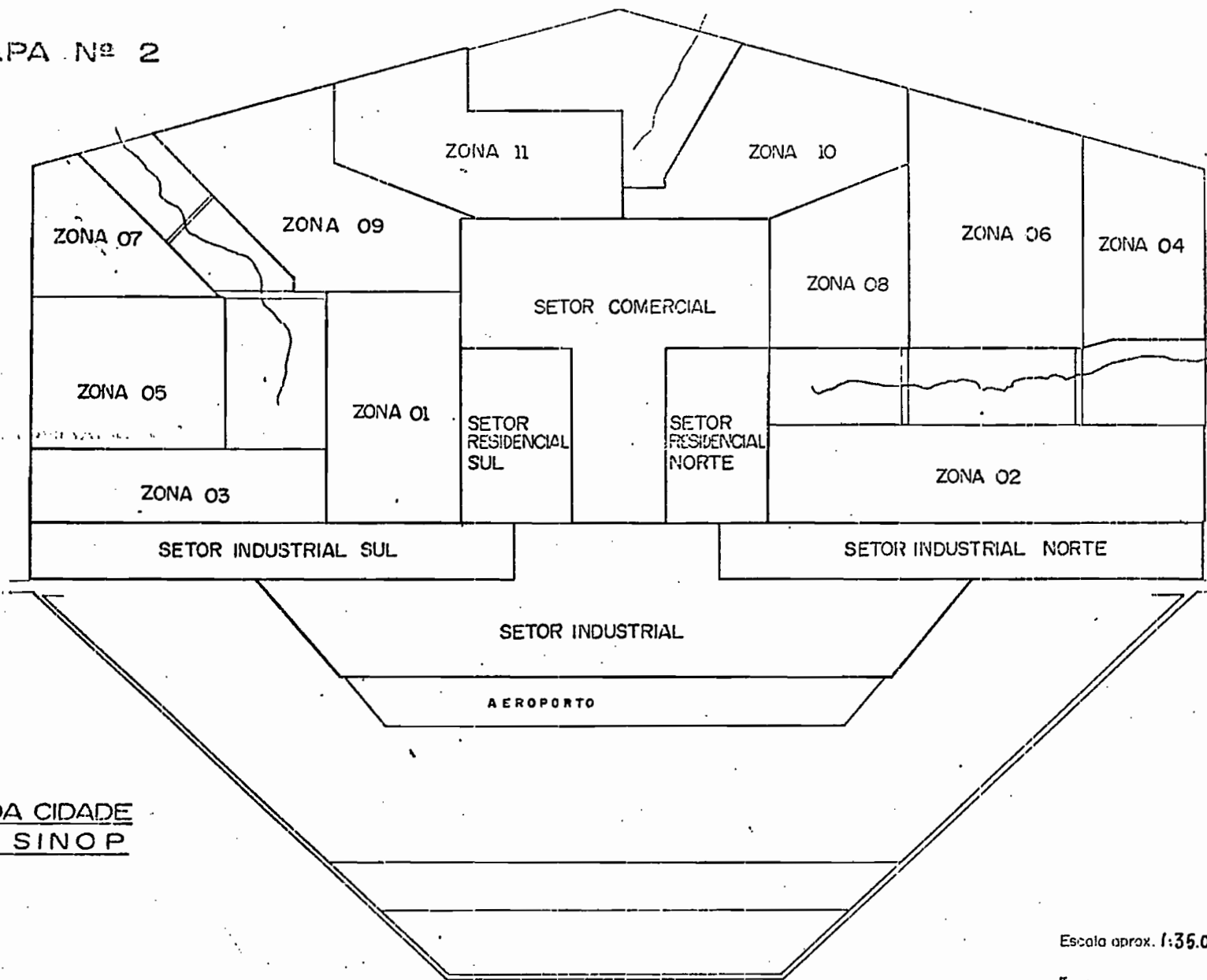
Inaugurada a 14 de setembro de 1974 e tornada se de do município a 17 de dezembro de 1979, a cidade de Sinop possui, atualmente, por volta de 40 mil habitantes, segundo estimativa da Prefeitura.

O sítio escolhido para sua implantação é completamente sem acidentes, o que facilitou um plano urbano em tabuleiro de xadrez, favorável, por sua simplicidade, a uma delimitação econômica dos lotes comercializáveis.

O projeto é setorializado em, basicamente, três tipos de uso, com áreas destinadas ao comércio, às indústrias e às residências, dividido em 17 zonas. Destas, de I a II acham-se ainda sem nome, correspondendo-lhes apenas números; as outras denominam-se: Setor Comercial, Setor Residencial Sul, Setor Residencial Norte, Setor Industrial, com lotes maiores, destinados a grandes indústrias, e dois Setores Industriais, com lotes menores, destinados a pequenas empresas e, provavelmente a outros usos ainda não especificados. A Zona 02, separada dos setores industriais pela Avenida dos Jacarandás, abriga as residências dos trabalhadores da cidade e é chamada de Bairro Operário.

Cada um dos setores comporta número variado de quadras e lotes. O Setor Comercial tem 98 quadras, com 20 lotes por quadra; os Setores Residenciais Norte e Sul, 40 quadras cada uma, com 60 lotes em cada quadra; 20 a 26 lotes comportam os Setores Industriais Norte e Sul; o grande Setor Industrial possui 121 lotes; a Zona 02, 73 quadras, com mais ou menos 40 lotes cada uma (mapa nº II).

MAPA Nº 2



PLANO DA CIDADE
DE SINOP

Escala aprox. 1:35.000

Foite:
COLONIZADORA SINOP S.A. Planta Cod. 1-3-9-0-0
2-3-9-0-0
Des. Magno

Os setores são delimitados por largas avenidas e ruas muito arborizadas que se cruzem em ângulo reto, ostentando nomes de árvores, flores ou de uma das quatro estações: Avenida das Embaúbas, das Acácias, rua das Primaveras, etc. Note-se que a fauna e a flora locais não foram, tanto quanto se saiba, contempladas com alguma rua ou logradouro. Evidencia-se, aqui, um projeto estranho à região, cujos idealizadores dela nada conheciam, a não ser alguns imprecisos levantamentos topográficos e aéreos.

Os cuidados com a cidade, como os nomes dados às avenidas e ruas e a arborização, torna claro que pretendeu-se criar uma cidade harmoniosa e humanizada, apesar da monotonia do traçado imposto por razões comerciais. Sinop seria, em resumo, uma cidade sulista no norte do Mato Grosso, fato que é realçado pelo tipo de casas que os migrantes trouxeram com eles. Isto está explícito no termo "colonizar áreas despovoadas", no sentido de integrá-las à civilização, o que tem pouco a ver com o entorno encontrado, apesar do firme propósito de "respeito às condições locais".

Em que pese a divisão em setores proposta no plano da cidade, não há posturas municipais rígidas quanto à localização das atividades. Evidentemente, as madeireiras, que exigem mais espaço e têm casas para seus operários junto ao empreendimento, localizam-se na Zona Industrial, fora dela, também ao longo da BR, e o comércio concentra-se na área que lhe é própria. Mas, em todas as partes da cidade aparecem pequenas indústrias (como gráficas e marcenarias) e o pequeno comércio, ao mesmo tempo que no Setor Comercial temos residência no segundo andar das lojas.

As normas municipais destinam-se mais a regular a

área de construção dos prédios, com exigências de área mínima, 46 m², de pé direito, de 3 m (que não são seguidas a risca, contraindo-se habitações menores e mais baixas no Bairro Operário), do que a restringir atividades, o que dificultaria a instalação dos moradores.

A dimensão dos lotes varia de acordo com o zoneamento. Os maiores encontram-se no Setor Comercial, com 600 m² ou mais. Entretanto, não se encontrou relação significativa entre nível sócio-econômico dos moradores e tamanho das parcelas urbanas, pois na Zona 02, as mesmas podem variar de 500 m² a 600 m², enquanto no Setor Residencial Norte, bastante mais central, situavam-se as menores, com 450 m². Quanto ao tamanho das casas, porém, as menores foram encontradas no Bairro Operário. As propriedades residenciais podem aglutinar mais de dois lotes urbanos, evidentemente, e na pesquisa do Cadastro Imobiliário há terrenos com dimensão de 1.470 m².

O importante, com a exigência da área mínima, é que os prédios construídos tenham aspecto agradável, de maneira a não se configurarem como habitações provisórias ou como favelas, o que desprestigiaria a cidade. Aos futuros usuários, é importante que Sinop apareça como "próspera".

A prosperidade não se liga a residências de alvenaria, pois nas áreas de emigração, como o norte do Paraná, principalmente, casas de madeira são comuns, mesmo nos estratos sociais mais elevados. Em Sinop, onde a madeira é barata, mais razão haveria para grande quantidade de habitações deste material.

Casas de madeira são maioria, em Sinop, grande parte sem pintura ou qualquer revestimento, mas cobertas de cimento ou telhas, com pisos de material variado (foi encontrada, no Cadastro Imobiliário, apenas uma residência com piso de terra batida).

A instalação sanitária é, geralmente, dentro de casa e o estado de conservação é classificado pela Prefeitura como variando de regular a ótimo, o que constatamos também, durante as entrevistas domiciliares.

Há evidências de que a auto-construção da residência, com ajuda de familiares e amigos, é predominante em Sinop, facilitada pela preferência por casas de madeira, dentro da tradição dos migrantes. As casas de alvenaria seriam construídas pelas firmas construtoras, das quais há um razoável número em Sinop, mas também, poderiam ser auto-construídas, como se observou nas entrevistas, por pedreiros e suas famílias.

Finalmente, o projeto urbano prevê, como parte da conservação da natureza, que os córregos Iva, Marlene e Nilza serão preservados, mantendo-se a vegetação primitiva intacta, e utilizados como áreas de lazer.

5.2 Problemas de infra-estrutura urbana

Sinop não é dotada de calçamento, galeria de águas fluviais, nem rede de esgoto. Possui água encanada, obtida do lençol freático mais profundo e afastado da cidade, levado para uma caixa d'água, tratada e distribuída por toda a cidade, inclusive o Bairro Operário. A rede de extensão foi rapidamente construída, pois no Cadastro Imobiliário de 1983, a Zona 02 ainda não fora beneficiada, mas nas entrevistas de 1984, a situação era diferente.

O problema enfrentado é a ausência de acidentes topográficos do sítio urbano, que torna a força de água insuficiente para suprir todas as residências na quantidade desejável. Torna-se necessário manter a água do poço para abastecimento dos prédios de residência, comércio e indústria.

O maior problema da cidade, porém, é a conjugação do afloramento do lençol freático com a ausência de rede de esgotos. As residências são todas servidas de fossas negras, tanto quanto pudemos apurar, cujos dejetos se misturam ao lençol freático superficial e contaminam os poços. Na época das chuvas, a situação piora consideravelmente, pois as ruas são inundadas pelas águas das chuvas, do lençol freático e das águas servidas.

A questão do lençol freático merece ser detalhada. Inicialmente, a água só era encontrada em poços de 15 a 20 m. de profundidade. Com o subsequente povoamento e retirada do manto vegetal (e podemos acrescentar, aterro de olhos d'água ou pequenos riachos, se bem que isto não foi mencionado), a água mais profunda terminou por aflorar. Há um projeto da SUDECO, já aprovado, cujo preço orçado é de 43 bilhões de cruzeiros, para drenagem do lençol freático, meio fio e sarjetas. As águas seriam jogadas num

dos rios a serem preservados.

A questão da poluição não foi abordada, mas podemos prever que serão agravadas com a execução do projeto mencionado acima.

A coleta de lixo e a limpeza urbana são satisfatórias. Ainda que o Bairro Operário, na época da elaboração do Cadastro Imobiliário não fosse servido com coleta de lixo, é de se supor que este serviço tenha sido oferecido posteriormente, pois a Prefeitura Municipal é muito ativa.

Encontramos ainda, luz domiciliar e iluminação pública. Desde a época da elaboração do Cadastro Imobiliário até maio de 1984, a Zona 02 passou a contar com estes serviços.

5.3 O Comércio Imobiliário Urbano

A estratégia da venda dos lotes determina a ocupação do espaço: primeiro o núcleo central e daí para as periferias, como o Bairro Operário, próximo ao Setor Industrial. Evita-se, dessa maneira demanda por infra-estrutura em áreas distantes. Entretanto, o preço dos lotes sobe com a oferta reprimida, mas isto é bom para os "negócios" imobiliários.

Encontram-se ocupados os Setores Residencial Sul, Residencial Norte, início da Zona 01, na altura da Avenida das Acácias e adjacências, e Zona 02, ao longo da Avenida das Primaveras e proximidades. O Setor Industrial acha-se parcialmente vazio, pois os empresários consideraram os lotes muito pequenos e muito caros, preferindo comprar chácaras e instalar-se nelas.

A cidade estende-se por uma área de 3 km de largura e 5 km de comprimento, aproximadamente do Aeroporto até a Avenida das Itaúbas, mais ou menos. As terras restantes encontram-se vazias, em poder da imobiliária e estima-se que haja reservas para venda durante os próximos vinte anos, continuando o mesmo ritmo de ocupação.

Há muitos lotes vazios em áreas que, teoricamente deveriam estar ocupadas, integralmente, pois obriga-se o início da construção do prédio até noventa dias após a compra do lote. Pode-se levantar duas hipóteses para este fato. A primeira é de que a cidade é nova, com uma realidade bastante dinâmica. Como o Cadastro Mobiliário é de 1983, pode ocorrer que os terrenos vazios tenham já sido ocupados no ano subsequente. Segundo, é de que chove muito na região durante quase oito meses ininterruptos, o que dificulta atividades ao ar livre, seja construção ou melhoramento das habitações. Assim, espera-se a estação seca para início dos trabalhos. Desta maneira, os noventa dias podem ser prorrogados. Realmente, encontramos poucos terrenos vagos nas áreas centrais, o que mostra que o planejamento inicial vem sendo cumprido.

Ressalte-se que, no início da colonização e até uns cinco anos atrás, cada agricultor que adquirisse um imóvel rural, recebia um lote urbano, com a condição de iniciar a construção da residência no prazo de noventa dias. Os terrenos eram muito baratos e, de um modo geral, facilita-se a compra. Os primeiros que se instalaram tiveram a possibilidade de adquirir diversos. Recentemente, com o intuito de fixar mão-de-obra, pois muitos migrantes chegaram sem recursos para comprar terras agrícolas, e evitar invasões e favelas, os terrenos do Bairro Operário foram vendidos muito abaixo dos preços de mercado, o que permitiu a alguns também, comprarem mais de um lote.

Devido à estratégia de venda adotada, somando-se a restrição da oferta e as reservas em áreas de alto preço, foi possível uma prematura especulação com a terra urbana, e parece haver falta de imóveis residenciais na cidade. O número de casas alugadas é muito alto, como pudemos observar nas três fontes de pesquisa: o Cadastro Imobiliário, o Cadastro Sócio-Econômico e entrevistas.

Em 75 imóveis pesquisados no Cadastro Sócio-Econômico, 45% eram alugados; dos 22 imóveis ocupados do Cadastro Imobiliário, 9% eram alugados; nas doze entrevistas realizadas, seis moraram em casa alugada e, em duas, o morador aluga uma residência de sua propriedade. É comum proprietários com cinco ou seis residências de aluguel. Um dos vários corretores da cidade, nela residente há seis meses, afirma ter alugado, desde que chegou, cerca de sessenta e seis casas. Fora isto, ainda, temos casas cedidas, como podemos ver nas entrevistas. Os aluguéis atualizados podem alcançar mais de Cr\$ 100.000 e são reajustados de seis em seis meses, ou de acordo com o contrato de locação, de ano em ano.

Quanto aos proprietários dos imóveis alugados, não

há nenhum estrato social que sobressaia, mas predominam os lavrados, de maneira coerente como falamos anteriormente.

O comércio imobiliário entre terceiros é, também muito ativo e a expectativa de asfaltamento das avenidas principais assegura maior dinamismo para o futuro, além de prática de retenção de imóveis, tanto para aluguel quanto para venda.

Os preços variam, como seria de esperar, das áreas mais centrais para as periféricas, daquelas nas quais a possibilidade de asfalto é mais certa para as outras, nas quais esta infraestrutura é mais remota. A avaliação do corretor é esta:

- um lote vazio nas zonas residenciais está ao preço de Cr\$ 3.000.000,

- um lote comercial na avenida, Cr\$ 8.000.000,

- uma casa de madeira no Setor Comercial, Cr\$
Cr\$ 8.000.000 a Cr\$ 10.000.000,

- uma boa casa de alvenaria pode alcançar Cr\$
Cr\$ 35.000.000, pois muitos fazendeiros mantêm a família na cidade, por causa do estudo dos filhos.

Nos bairros centrais há muita procura de casas para alugar ou comprar, ao contrário do que ocorre no Bairro Operário. A resposta à pergunta: "Se pretendesse vender seu imóvel (lote e casa) encontraria comprador?" mostra a valorização de certas áreas da cidade em detrimento de outras. Mas, no Bairro Operário, os lotes estavam sendo vendidos a preços bastante baixos, como já frisamos. Como a auto-construção é prática comum, torna-se mais vantajoso comprar terreno e erigir habitação, mesmo modesta, do que comprar uma já pronta. Dessa maneira, a especulação imobiliária ainda não atingiu a Zona 02. É de se esperar, porém, que tal ocorra em breve, visto que os preços baixos possibilitam que uma só pessoa compre vários lotes. A preços de mercado, em transações entre terceiros, o valor dos imóveis (terreno + casa), na área fica entre três e quatro milhões de cruzeiros.

Vê-se, portanto, que os imóveis urbanos, em Sinop são bastante valorizados, ainda mais se levarmos em consideração a distância dos centros mais adiantados do país, a quantidade das infra-estruturas e o tipo de migrantes que para lá se dirigem.

5.4 Os Migrantes

A maioria dos moradores urbanos de Sinop é originário do Paraná, ou teve ali sua última residência, como seria de esperar, visto que a colonização se destinava a eles e que a Colômbizadora e Imobiliária Sinop exerceu, durante longos anos, suas atividades neste estado. Aliás, a empresa mantém em Maringá um porto de vendas e desta cidade a maioria dos lotes rurais foram comprados.

Encontramos ainda contingentes significativos de migrantes oriundos de São Paulo, Mato Grosso do Sul e do próprio Mato Grosso. Goiás, Estado limítrofe, é muito pouco representado, assim como dos Estados do Norte e Nordeste.

Infelizmente, as informações do cadastro Sócio-Econômico são insuficientes para determinar os deslocamentos anteriores destas populações. É sabido que o norte do Paraná foi uma frente pioneira paulista, na qual se engajaram naturais de São Paulo e dos estados nordestinos, estes últimos como trabalhadores rurais, empregados nas fazendas cafeeiras. Seria razoável supor que, pelo menos alguns nortistas migraram também para Sinop, numa migração interestadual.

Analisando as entrevistas domiciliares, poderemos acrescentar alguns aspectos às considerações anteriores. Verificamos aí, que os moradores atuais de Sinop já passaram por vários deslocamentos no espaço sulino, sejam eles originários de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais ou mesmo do norte do Paraná, onde se mostraram freqüentes as mudanças de uma cidade para outra.

Os migrantes nascidos em São Paulo, nas cidades de Pereira Barreto, Birigui, Andradina, Júlio de Mesquita, Coroa e

Santa Cruz do Rio Pardo vieram de antigas frentes pioneiras do café naquele Estado. Em Birigui, por exemplo, formou-se um dos primeiros loteamentos para pequenos proprietários agricultores, no princípio do século, em 30.000 alqueires pertencentes a Manoel Bento da Cruz, associado à empresa Land and Lumber Co. (Monbeig, 1952: 182). Igualmente Andradina, Pereira Barreto são cidades do café. Os pequenos sitiantees que nestas áreas adquiriam pequenas propriedades trabalhavam nas fazendas de café complementado, assim, a renda familiar.

Das áreas paulistas, as migrações seguiram em direção ao norte do Paraná, onde a empresa Companhia de Terras Norte do Paraná, de capitais ingleses (e posteriormente chamada de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná) e outras empresas lotearam mais de 500.000 alqueires para pequenos lavradores, envolvendo-se, ainda, na construção de cidades. Os sítios localizavam-se próximos a grandes fazendas cafeeiras. Deve-se ressaltar que o norte do Paraná não foi todo colonizado por pequenos. Nas regiões de Londrina, Maringá, Paranavaí, Apucarana, Umuarama e Campo Mourão, das quais migraram grande número de habitantes de Sinop, as propriedades rurais com menos de 10 ha detêm apenas 9,60% da área, enquanto 0,28% das propriedades com mais de 1.000 ha detêm 19,03% da área (Nakagawara, 1981: 101).

Quanto aos migrantes de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, as poucas informações disponíveis no Cadastro Socio-Econômico, mostram Dourados, Barra do Garças, Gleba Rio Ferro e Colider como pontos de origem, o que sugere migração de frentes pioneiras mais antigas e mesmo recentes. Entretanto, os estados limítrofes, Mato Grosso do Sul e Goiás, deveriam estar melhor representados no conjunto do cadastro examinado, assim como deveria haver maior quantidade de naturais do próprio estado. Os indícios são no sentido de que a colônia implantada é quase como "enclave" no

território, ligada diretamente aos centros de recrutamento dos usuários, no que se refere à população, assim como se liga diretamente aos centros decisórios de Brasília no que se refere aos problemas empresariais, poucas relações mantendo com o Estado que a abrigou.

As idades dos chefes de família migrante e seus cônjuges são variáveis. Deslocam-se, como seria de se esperar, maior número de jovens, na faixa de 20 a 40 anos, mas as faixas de idade mais avançadas são bastante representativas, mostrando que a idade não representa impedimento para deslocamentos a grandes distâncias. No Cadastro Sócio-Econômico, 66% dos migrantes estão na faixa dos 20 a 40 anos, mas nas faixas de 50 a 70 anos temos 34% dos chefes de família. Os entrevistados domiciliares confirmam estes dados, pois se a faixa etária preponderante é de 30 e 40 anos, encontram-se outros com mais idade e alguns já velhos, mesmo na época em que passaram a residir em Sinop.

O comum é a migração em família. Nas entrevistas, somente três chefes de família haviam se deslocado sozinhos, antes do casamento. Os outros, e todas as mulheres, migraram como solteiros com suas famílias. Dessa maneira, o número de homens e mulheres, em Sinop, praticamente se iguala. O número de moradores por domicílio é baixo para família de migrantes: 4,4 mor/dom., com ênfase no intervalo de 3 a 4 pessoas e de 5 a 6.

O móvel da migração parece, pelo resultado das respostas aos questionários, muito mais as condições dos locais de origem do que a atração pela nova área. Os primeiros são sentidos como de pouca oportunidade para melhorar as condições de vida ou, em alguns casos, de sobrevivência. Mesmo quando possuíam alguma propriedade, rural ou urbana, o norte do Paraná mostrou-se, para estes migrantes, como esgotado. As terras rurais perderam a fertilidade, havia falta de emprego nas propriedades vizinhas, ou fal-

ta de emprego em geral ou poucas possibilidades de ascensão social. O mais comum é venderem a propriedade insuficiente no local de origem e adquirem outra em Sinop, pois lembremo-nos que não há financiamento. A cidade de Sinop é sentida como satisfatória, e a maioria não pretende mudar-se, o que representa talvez mais um desejo de estabilidade do que uma possibilidade para o futuro, haja visto as migrações anteriores de cada um. Somente dois entrevistados demonstraram insatisfação: um porque era morador muito recente, menos de um mês na cidade; e o segundo porque a atividade do chefe de família, vendedor ambulante, não encontra campo em Sinop. No segundo caso, a saída de Sinop não significa volta à cidade de origem, mas a instalação em lugar não determinado, provavelmente no Sudeste ou no Sul, onde se encontrariam condições mais favoráveis.

Os outros entrevistados têm nítida percepção de que não podem "voltar", mas apenas seguir "para diante". A expressão usada num questionário é bastante significativa: "daqui não se volta, só se vai para a frente".

5.6 Situação Sócio-Econômica dos Moradores de Sinop

As ocupações exercidas pelos habitantes urbanos de Sinop abrangem largo espectro, mas destacam-se, por sua representatividade, os dedicados a atividades agropecuárias (pois é muito comum às famílias dos agricultores morarem na cidade, principalmente quando têm filhos em idade escolar) e as atividades não qualificadas ou mal definidas, como trabalhadores sem especialização: vigias, zeladores, domésticas, motoristas, etc. Outros grupos representativos são o que poderíamos chamar de alto terciário administração pública ou privada e profissionais liberais.

ATIVIDADE DOS MORADORES URBANOS

CIDADE DE SINOP - MATO GROSSO

Total da Amostra - 106 Cadastros Sócio-Econômicos

ATIVIDADES	%
1. Agricultura e pecuária	19,8
2. Indústria Madeireira	5,7
3. Indústria da Construção Civil	14,6
4. Comércio	10,3
5. Serviços, administração e profissionais liberais	16,7
6. Atividades não qualificadas ou mal definidas	31
7. Aposentados	<u>1,9</u>
	100

Observa-se, na tabela , que se reproduz, em Sinop, a estrutura de emprego brasileira, com ênfase no baixo terciário, que se é menor nesta cidade, ocupa 1/3 dos seus moradores. Aliás, sobre isto, deve-se dizer que a própria estrutura urbana, com terrenos caros, aluguéis altos e terras muito vigiadas por seus proprietários, impede a chegada de elementos muito pobres. Somente nos vagões abandonados do destacamento do Exército que construiu a BR-163 instalaram-se invasores, mas como ocorrência restrita e, evidentemente, mal vista. Deve-se, porém, levantar a hipótese de que, em passado muito recente, deve ter havido problemas com os mais pobres, pois as autoridades e empresários apressaram-se em abrir o Bairro Operário. Este baixo terciário de Sinop não corresponde, porém, tanto quanto pudemos ver, a uma situação de marginalidade urbana, nem o Bairro Operário, a um cinturão de pobreza. Voltaremos ao tema mais adiante, quando tratarmos dos salários dos moradores.

Para uma cidade voltada, principalmente, para o apoio à lavoura, o número de agricultores é, talvez, muito reduzido. Afora, claro, os que moram na propriedade rural (e acrescenta-se que apenas 30% das terras são cultivadas), a questão das atividades agrícolas merecem uma explicação adicional.

A porcentagem encontrada na tabela , 19,7% declararam atividades agropecuárias como a principal, o que não impede que os que se ocupam de outras atividades tenham a agricultura como atividade secundária ou sejam proprietários de lotes rurais ou arrendados, provavelmente, ou valorizando. Aqueles que exercem atividades em serviços, administração, "profissionais liberais" e os comerciantes, possuem todos uma ou várias propriedades rurais, (e nada impede que operários e outros sejam também agricultores) que são cultivadas por um dos membros da família, por arrenda-

mento ou por trabalhadores assalariados. A impressão que fica é de que a agricultura é muito mais uma atividade secundária do que principal e as possibilidades de mobilidade social ascendente prendem-se à associação da lavoura com uma atividade urbana.

Além dessas considerações, levemos em conta que, na época das chuvas, os trabalhos no campo ficam praticamente paralisados e é necessário quase outra atividade para manter constantes os rendimentos familiares.

Deve-se assinalar que, na amostra, não há qualquer atividade ligada a um estado em particular. Paranaenses, catarinenses, paulistas, etc., exercem atividades agrícolas e não agrícolas, ou seja todos os estados expulsos mais expressivos acham-se representados nas várias camadas sociais e tipos de atividade.

Demonstram as entrevistas que os filhos dos migrantes possuem possibilidades de elevação social por intermédio da educação. Por esta razão, o estudo é valorizado em todas as entrevistas e evita-se, mesmo, deslocamento para áreas muito distantes, visto que, aí, as crianças não teriam oportunidade de frequentar escola. Não se encontrou nenhum menino em idade escolar que não tivesse estudando, e justamente uma das aspirações dos moradores é a instalação de uma universidade.

O grau de escolaridade dos pais, porém, deixa a desejar, se bem que seja muito superior à média nacional, na qual o índice de analfabetismo é de 26%. Encontrou-se um analfabeto nas entrevistas, e esta condição, se não lhe dava estabilidade nos empregos (no momento era motorista, mas já havia trabalhado como frontista nas fazendas do norte do Mato Grosso e empregos variados em outros estados do país) não o impedia de consegui-los, e podemos considerar a instabilidade como decorrente do esgotamento das tarefas e não do analfabetismo.

A grande maioria não terminou o primeiro grau e aspira para seus filhos um estudo mais completo e grau universitário, pois consideram, talvez de maneira um tanto vaga, que ascender socialmente é abandonar a agricultura por outra atividade, e isto só é possível quando o indivíduo estudou. Os filhos mais velhos, porém, devem ajudar os pais nas lavouras e, por isso, o estudo é deixado para as mulheres e para os filhos mais novos.

O nível de renda é bastante elevado em Sinop e há oportunidade, mesmo no baixo terciário e no operariado, de salários razoáveis. Um balconista ganha de Cr\$ 135.000 a Cr\$ 200.000. Nas entrevistas, nas quais se especificaram os salários pouco qualificados, estes variavam entre Cr\$ 150.000 e Cr\$ 250.000. Mesmo os que trabalham em serviços pouco qualificados têm oportunidade de de moradia decente.

A causa parece residir na falta de mão-de-obra, devido à seleção realizada nos vários postos de triagem do INCRA ao longo das BRs e pela própria empresa. Por isso, o Bairro Operário tem aspecto agradável, já que seus moradores ganham bastante bem, ainda que pareça provisório, pois faltam, na maioria das casas, as flores no jardim, próprias das habitações do Sul.

A penetração dos meios de comunicação atinge todo o norte do Mato Grosso e Sinop não é exceção. Rádios e televisões são comuns: 72% das unidades familiares do Cadastro Sócio-Econômico têm televisão; 84%, rádio e 56% rádio e televisão.

Os telefones, recentemente instalados, apareciam em 16,3% das residências, e 25% possuíam automóveis.

CONCLUSÃO PRELIMINAR

Fragmentos de conclusões sobre os temas abordados já se encontram no corpo do texto: sobre os fatores limitantes da colonização no Norte do Mato Grosso, veja 2.3; sobre os resultados agrícolas, veja 3.4; sobre as atividades urbana, veja 4.4; o comércio imobiliário, 5.3 e sobre a situação sócio-econômica dos migrantes, 5.6.

Uma conclusão mais extensa encontra-se a seguir.

A colonização da Gleba Celeste não é um caso isolado no norte brasileiro. Poderíamos antes considerá-la como numa fase da ocupação de áreas vazias brasileiras na qual o Estado age mais ativamente em benefício dos comerciantes de terra. Os pequenos produtores têm o papel que sempre tiveram no Brasil: praticar uma atividade tão desprestigiada quanto marginal, mas estabelecendo-se de forma efetiva, se bem que não definitivamente, em locais que não escolheram, mas que proporcionam os maiores lucros aos empregadores do negócio. É dentro deste contexto que devemos analisar o sucesso ou o fracasso do Sinop.

O projeto foi iniciado quando o governo já havia elaborado uma política de ocupação de novos espaços, coerente o bastante para atrair empreendedores cujas áreas de atuação encontram-se esgotados; o sul do país, mais precisamente, o Paraná.

Havia uma política de colonização, consubstanciada no Estatuto da Terra, e numa política creditícia e de incentivos fiscais; contava-se com uma ideologia: povoação da Amazônia, supostamente desligada da economia do país e sujeita à cobiça estrangeira.

Havia toda uma experiência de colonização particular oriunda da marcha do café; contava-se com excedentes populacionais decorrentes das mudanças do uso e da minifundiarização decorrente da divisão da pequena propriedade e da descapitalização do agricultor em Estados que se destacaram pela produtividade agrícola.

A terra nas regiões Amazônicas era barata.

Condições excelentes para projetos como os implementados na Gleba Celeste.

Para o sucesso do empreendimento fazia-se necessá-
rio, após conseguir o aval do governo, atraiu os pequenos agricul-
tores. Isto foi feito pela valorização do seu trabalho e de sua
persistência face às condições adversas, de maneira semelhante a
utilizada nas frentes pioneiras do café do norte do Paraná.

A ideologia do pequeno produtor, lançada pela pro-
paganda nos locais de captação dos usuários é um dos fenômenos do
jogo comercial, tanto quanto a ilusão das terras férteis ou a in-
tegração da Amazônia.

O problema, porém, aparece tão logo se examine a di-
ferença entre as áreas do café e as novas áreas a serem povoadas.
Nas primeiras, estava-se de posse de um produto comercial valori-
zado e com grande demanda internacional, cultivado em extensas fa-
zendas, e para as quais os pequenos agricultores, instalados em
suas bordas, por grandes projetos de colonização, serviam de
mão-de-obra barata. Monbeig assinala esta fato, não só no norte
do Paraná. mas também nas áreas pioneiras de São Paulo, das quais
grande parte dos colonos de Sinop vieram, já em segunda ou tercei-
ra migração no espaço nacional.

Transplantados para o norte de Mato Grosso, dentro
da mesma ideologia de valorização do trabalho do pequeno produtor,
constatou-se uma realidade diferente: não havia produto de expor-
tação valorizado o suficiente que extraísse pelo menos neste pri-
meiro momento grandes proprietários e grandes produtores.

O próprio pequeno produtor deveria cultivar os pro-
dutos de exportação e eles falharam pelos motivos já expostos.

A tentativa de implementar uma agricultura de gran-
des proporções utilizando a mandioca como matéria-prima falhou

também. Para recursos da ordem de 48 milhões de dólares, os resultados obtidos até agora são lamentáveis, para dizer o mínimo. O projeto do álcool a partir da mandioca falhou não porque a tecnologia industrial; e portanto urbana; apresentasse problemas, mas porque o cultivo do produto básico foi impossível de ser levado adiante dentro da escala necessária. Este fato demonstra o desconhecimento do manejo agrícola dos empreendedores de um projeto que se diz tal.

E isto, porque não se visou aqui um produto ou à produção agrícola, mas a venda de terras e o lucro imobiliário. Neste caso, a terra é fonte de riquezas, ao contrário do que Monbeig (1952:146), voltará para a frente pioneira paulista e paranaense. Não é por motivo que grande parte das áreas rurais da Gleba Celeste estão desocupadas, esperando valorização, enquanto o agricultor que produz, precisa vender parte de sua propriedade para continuar a produzir.

Por isso, comprar terras não é um bom negócio para todos. Somente para os que a possuem com o intuito de comércio ou têm a seu favor as benesses governamentais. Para o pequeno produtor, conseguir riqueza com o trabalho do campo é difícil, e com o cultivo de produtos de exportação, mais ainda. Por isso, volta-se para os trabalhos urbano e o mercado consumidor de cidade.

Neste ponto, a cidade torna-se uma peça chave para o desenvolvimento do projeto: é o mercado de consumo e de trabalho.

A estratégia de incentivar o crescimento de Sinop revelou-se proficuo: a cidade cresceu e suas atividades se desenvolveram aceleradamente, graças ao seu papel de centro local de

de abastecimento, transbordo de mercadorias e centro de distribuição para uma população de fracas posses, que não pode prescindir de um lugar central.

A situação privilegiada de Sinop, única no norte do Estado às margens da Cuiabá-Santarém, foi fator determinante de sua transformação em centro comercial regional, e não apenas local, o que incentivou ainda mais seu crescimento.

Para o desenvolvimento urbano, e a possibilidade de vendas de lotes urbanos pelo prazo dos próximos vinte anos, paira uma ameaça, a mesma que poderá trazer o sucesso agrícola do empreendimento: a mono-cultura da soja, com seu efeito despovoador, como ocorrido no norte do Paraná, no qual a substituição do café pela soja provocou intensa migração.

Este efeito, porém, não nos parece provável na área, diríamos quase que, num primeiro momento, enquanto as terras não se esgotarem totalmente, ocorrerá o efeito inverso.

Aqui, convém repetir, o pequeno agricultor não serve como mão-de-obra agrícola para a grande propriedade cafeeira. Portanto, deverá ocorrer o efeito dinamizador da soja e não o inverso.

Aliás, o que justamente se observa em Sinop é a falta de mão-de-obra, tanto agrícola, quanto urbana e industrial. Mais uma vez, a usina de álcool teria um efeito urbano dinamizador, ao criar empregos, o que significaria maior atividade do comércio em geral, e na terra em especial.

Não poderíamos terminar estas conclusões preliminares sem falarmos numa das bases de ideologia que valorizou o trabalhos dos pequenos produtores: a ascensão social.

As populações migrantes, os pacientes da ideologia dominante, absorveu-se no movimento de deslocação do espaço e no que esta ideologia convencionou chamado de "nossos esforços", se aperceberem que se trata de "recriação do espaço social", com a transferência de uma estrutura social completa, visível na divisão social das ocupações urbanas e num embrião de divisão social do espaço: cidade-bairros operários-campo.

Nesta divisão, as classes migram para ocupar lugar semelhante ao de seu lugar de origem, com poucas expectativas de verdadeira ascensão, que se consubstanciariam em trabalho constante, sem a preocupação de novas migrações num futuro talvez bastante próximo.

Por tudo o que escrevemos, podemos concluir que o projeto de colonização teve muito mais fracassos do que sucessos. Transferiu uma soma inorme dos cofres governamentais (SUDAM, BB, etc), sem grandes possibilidades de reembolso.

A produção agrícola, considerando a grande soma de dinheiro gasta, é irrisória; suas terras estão à espera de colonização, ao invés de serem efetivamente cultivadas e, por último, apresenta poucas possibilidades de efetiva fixação do pequeno agricultor.

Entre os sucessos, podemos mencionar o desenvolvimento de uma cidade bastante atraente e próspera, Sinop, mas o custo de sua habitabilidade, para o futuro é muito grande, devido ao problema do lençol freático.

Outro sucesso é a exploração de madeira, mas aqui o custo refere-se à degradação ambiental, a destruição de uma riqueza dificilmente renovável, tal a maneira predatória com que é realizada.

Podemos numerar, como último sucesso, que as áreas vazias foram ocupadas, mesmo que não o tenham sido pelos mesmos migrantes durante todo o tempo, mas por novas levas, que se revesam no espaço de Sinop.

Portanto, enquanto os fracassos são totais, os sucessos são apenas relativos.

B I B L I O G R A F I A

- 1 - BANCO DO BRASIL, Relatórios - 1981,1982,1983
- 2 - 1982 - BECKER, Bertha, Geopolítica da Amazônia. Zahar Editores S/A, Rio de Janeiro.
- 3 - 1983 - EMATER, Relatório SINOP
- 4 - 1979 - IANNI, Octávio, Colonização e Contra-reforma agrária na Amazônia. Coleção Sociologia Brasileira, Ed. Vozes, Petrópolis.
- 5 - 1980 - IBGE, Censo Agropecuário, Mato Grosso.
- 6 - 1952 - MONBEIG, Pierre, Pionniers et Planteurs de São Paulo Librairie Armand Collin, Paris.
- 7 - 1981 - MAKAGAWARA, Yoshiya, Questões agrárias e urbanas. In terdependência e Subordinação. O caso norte-paranaense. Terra e Cultura, 1(01): 93-116.
- 8 - 1976 - RIVIERE D'ARC, Hélienê. Le Nord du Mato Grosso: Colonization et Nouveau "bandeirismo". Annales de Geographie, Armand Colin, Paris.
- 9 - 1978 - RIVIERE D'ARC, Hélène. Politique Anazonniene et encadrement des colons dans le nord du Mato Grosso. Travaux et mémoires de l'IHEAL. n° 32, Paris.

A N E X O S

RELATÓRIOS DE ENTREVISTAS E ANÁLISES DE CADASTROS

1. CRIAÇÕES DE ANIMAIS

CRIAÇÃO DE PORCOS

HISTÓRIA

Dono de origem alemã, agricultor em Santa Catarina; nunca teve terras próprias; morou depois no Paraná (Marechal Rondon) e depois em SINOP; chegou sem dinheiro, alugou uma chácara a um terceiro há 4 anos. Agora é dono de 2 chácaras; 8 filhos; nenhuma ajuda do banco.

ATIVIDADES

300 porcos;

1000 para o ano que vem;

com 8 meses, um porco pesa 110 ks; o adulto 250 Ks; venda na região, principalmente aos fazendeiros; para criação, assim não paga intermediário. Venda 40 por mês (a 1600 \$ cr/Kg de pê; podemos avançar um total de venda 16 milhões/mês). Não vacina os animais.

INTEGRAÇÃO

Para frente: o seu filho é mataçador de gado; recuperação de todos os miúdos para fazer ração, (6 cabeças de gado por dia). As peles são vendidas sem fiscalização.

Cultiva milho e arroz, vai começar com soja .
Bananas se desenvolvem nos lixos dos porcos. Ele mistura as

lavouras aos miúdos para fazer rações. Sô compra ferro. Toda a comida dos porcos é caseira.

Para trás: venda sem faturas aos fazendeiros - um outro filho tem um açougue em SINOP e também vende sem faturas.

Faz seu próprio adubo com lixo do gado.

CRIAÇÃO DE AVESHistória

Dono do Paraná

Dono do Supermercado

investimento de 20 milhões, dividido com seu cunhado que cuida da exploração.

Atividades

1350 galinhas para produzir ovos.

produção: 50 03/dia.

venda no próprio supermercado.

compra rações + milho.

+ criação de porcos = a comida são sobras do supermercado.

2. CONSTRUÇÃO CIVIL

PROENCO

HISTÓRIA

Criada há 3 anos, por um engenheiro vindo do PARANÁ, sem trabalho.

Capital próprio - nenhuma ajuda dos bancos ou do Estado.

EMPREGO

Média anual: 35 pessoas;
problema em razão da pouca qualificação e alta rotatividade da mão-de-obra.

ATIVIDADE

Engenharia e construção civil
Total das vendas: 15 milhões em 1983
Nenhum problema de mercado = prefeitura ou particulares.

Atividade muito ligada ao período das chuvas e fica paralizada 4 meses por ano.

PREMOLHISTÓRIA

Criada novembro 1983 para o mercado de calçados da cidade SINOP;

Proprietário vindo do Paraná

EMPREGO

15 pessoas.

ATIVIDADES

Artefatos de concretos - para calçados, ca
sas, tanques, mangueiras, para águas pluviais e esgotos

3. MADEIREIRAS

COIMAL

História

Dono do Mato Grosso do Sul. Sua família tem uma serraria em Ponta Porã (Contrabando com o Paraguai).

Capital próprio - nenhum incentivo.

Comprou um lote de 10 alqueires para a usina; os lotes da área industrial eram demasiados pequenos.

ATIVIDADE

Fabricação de barra de cama

lâminas de madeira para forro

montante de porta

assoalho

roda-pé

meia-cana

guarnição de porta

ripa para estrado de cama.

Aproveita 500 m³/mês

Total das vendas = 30 milhões/mês

MERCADO

São Paulo

Rio Grande do Sul

Paraná

Santa Catarina.

98% da produção é exportada do Estado; 2% ficam em Cuiabá.

O mercado local não se abre para grande madeireiro. A construção civil usa madeira comprada as "pica-paus," sem taxas nem notas fiscais. O custo é assim mais barato em 50%;

Ligações obscuras com a serraria do Mato Grosso do Sul ... que daria o capital necessário.

preço de venda a 36 dias.

MATÉRIAS PRIMAS

A madeira se compra em pé de terceiros, já proprietários de lotes. Compra-se o direito de tirar a madeira, a razão de Cr\$ 60.000 a Cr\$ 90.000 cruzeiros por alqueire -;

atua num raio de 100 Km;

tem 4 caminhões e 1 basculante;

preço do m³ nas portas da serraria = entre Cr\$ 15.000 e Cr\$ 20.000.

(o preço médio do m³ de lenha para combustão é de Cr\$ 3.300 /m³).

IMPOSTOS

Para cada toro ou m³ beneficiado pela usina ,
 precisa pagar 4 mudas de árvore para reflorestar (± Cr\$
 940,50) taxa é paga ao IBDF. Parece que o IBDF não fez o seu
 trabalho e que as empresas privadas de reflorestamento (FLO
 RESTAL e FLOREMAT) não plantaram árvores.

ICM = 12% fora do estado - 16% no estado

IPI = 4%

PIS, FUNRURAL, FINSOCIAL.

EMPREGOS

60 pessoas;

problemas de rotatividade.

ESTRUTURA DOS CUSTOS

- MATÉRIAS PRIMAS	20 %
pagamento da mata	
gasolina dos caminhos	
- Mão-de-obra	10 %
- Custos administrativos	5 %
- Juros - Imobilização	30 %
- Impostos	18 %
- Lucro	17 %
	<hr/>
	100 %

Frete = 50% do preço de venda.

MADEIREIRA HASSHistória

- Criação recente
- Dono do Sul ligado às empresas de madeira ' desta região;
- Dono presidente da Associação dos Madeirei - ros que têm de 20 a 30 sócios;
- fica na área industrial.

Atividades

Consumo 1.200 m³/mês.

mesma organização que a COIMAL.

Tem lucro porque é ligado com outra empresa no Sul (?).

Emprego

40 pessoas

4. SERVIÇO

GRÁFICAHistória

Abriu há 3 anos;

Dono do Paranã, onde já tinha gráfica.

Capital próprio;

possui um lote em Claúdia.

Agora tem 2 empresas gráfica em SINOP,
em lotes urbanos próprios

Fora da área industrial, para ficar mais
perto do centro do comércio.

Atividades

cartãozinhos

Blocos Fiscais

Cartazes

total das vendas: 5 milhões/mês

Empregos

11 pessoas e um vendedor

(a recepcionista veio de São Paulo há 2
anos. Seu pai abriu um motel em SINOP, há 2 anos)

Empresa de Transporte

ARAÇATUBA

História

filial duma empresa de São Paulo;
todas as informações ficam em São Paulo

Atividades

carga seca de São Paulo até SINOP.
recebe 3 caminhões por semana (1 caminhão = 8
toneladas);
empresas de Sinop dividem 75% do mercado de
transporte de cargas secas.

Empregos

8 pessoas

5. COMÉRCIO

AGRIFÉRTILHISTÓRIA

Criação a 15 agosto 1983;
Filial;
O gerente tem liberdade de gestão;
Registrada no Ministério de Agricultura e
na Prefeitura;
loja na rua principal (alugada).

ATIVIDADE

Venda de produtos veterinários - vacinas
herbicidas, fungicidas e sementes (capim, arroz, milho, soja);
valor das vendas: Cr\$ 150.000.000 ./mês;
pouca ligação com a EMATER - faz assistên
cia;

tem um representante;
só um concorrente na cidade; não há proble
ma de mercado, somente os altos preços para o produto.

EMPREGOS

6 pessoas; salário médio Cr\$ 220.000 . p/
mês.

IMPOSTOS

FIN Social, PIS, Imposto de Renda, ISS quan
do há assistência.

ESTRUTURA DOS CUSTOS

Cálculo de margem de lucros
entre 20 e 30% do preço de compra com frete.

	%
Compra (São Paulo)	60
Transporte	15
Custos administrativos (Alugu- el...)	10
Salários	2
Impostos	6
Lucro	<u>7</u>
	100%
Juros ?	

ORIGEM DOS PRODUTOS

- São Paulo
- para sementes: Minas, Goiás, Bahia, São

Paulo.

FARMÁCIAHISTÓRIA

Criada há 5 anos;
em frente do hospital;
vem de Goiânia.

ATIVIDADE

Venda de produtos farmacêuticos;
os preços são tabelados; é o laboratório
que paga o transporte. A margem bruta do farmacêutico é garan
tida de 35%.

ORIGEM DOS PRODUTOS

Cuiabá: 70%
Rio : 30%.

EMPREGOS

4 pessoas

Existem 11 farmácias na cidade - os princi
pais medicamentos são para curar malária e verminose.

AÇOUGUE

Casa de Carne Celeste.
Sr. Alcides Faganello.

HISTÓRIA

Dono do Paranã;..
Chegou há 7 anos, mas abriu açougue a
semana passada;
trabalhava para colonizadora, comprou ter
ras;
fazia criação de gado (carne e leite) e la
vouras; tem 1 lote urbano onde mora.
Abriu o açougue quando chegou seu sobrinho,
que trabalhava em açougue no Paranã. A mulher fica na caixa -
vai comercializar seu próprio arroz. Vai acabar com a produç
ção de leite por falta de pessoal confiável, para esse trabal
ho (tem 70 vacas para leite).

ATIVIDADES

Ainda demasiado cedo para saber;
só vai comercializar uma pequena parte da
sua produção no açougue.

Não existe matadouro industrial;
um comprador vem de fora para comprar pe
les;

a loja é alugada.

6.- ENTREVISTAS DOMICILIARES

Apresentamos, a seguir, sucintamente, um resumo das entrevistas realizadas com os moradores da cidade de Sinop, nos dias 17 e 18 de maio. Foram efetuadas 12 entrevistas, cujo roteiro de questões transcrevemos abaixo:

Questionário sobre o Imóvel

- 1 - Qual a situação do lote?
 - a) próprio
 - b) alugado
 - c) financiado em quanto tempo, valor das prestações, quanto já pagou
 - d) quanto custou ao todo
- 2 - Como construiu sua residência?
 - a) sozinho
 - b) com a ajuda de amigos
 - c) com a ajuda da família
 - d) construtora, quanto gastou?
- 3 - Infra-estrutura residencial
 - a) sanitária: fossa ou rede de esgotos
 - b) água: poço ou água encanada
- 4 - Se fosse vender seu imóvel (lote e/ou casa), teria comprador?
- 5 - De quem comprou seu imóvel: da imobiliária ou antigo morador?
- 6 - Possui um lote rural ou outro urbano? Onde?
- 7 - Vendeu alguma propriedade para comprar a atual?

- 8 - Antes de mudar para Sinop, morava em que tipo de imóvel?
- a) rural ou urbano
 - b) sozinho (com a família) ou com parentes?
 - c) próprio ou alugado
- 9 - Há quanto tempo se mudou para a atual residência?

Questionário sobre as atividades dos moradores

- 1 - Número de moradores na residência: só a família ou há sublocação?
- 2 - Quantas pessoas trabalham?
- 3 - Quais as atividades? Onde trabalham?
- 4 - Há algum desempregado na família?
- 5 - Qual o rendimento dos empregados?
- 6 - Preferências dos moradores: gosta de morar em Sinop ou preferiria mudar-se? Por que?
- 7 - Por que veio morar em Sinop?

Dados sobre a família

- 1 - Idade do marido, onde nasceu, grau de instrução
- 2 - Idade da mulher, onde nasceu, grau de instrução
- 3 - Idade dos filhos, onde nasceram, grau de instrução dos maiores
- 4 - Tempo de casamento, onde casaram
- 5 - Lugares de residência

Algumas observações se fazem necessárias para compreender os resultados dos questionários:

- 1º - As entrevistas tomaram a forma de conversa, anotando-se as respostas às perguntas e assuntos considerados relevantes que não constavam do roteiro original. Penas em uma casa não fomos atendidos. Todos os outros mostraram-se muito atenciosos e responderam com bastante deseenvoltura às questões formuladas.
- 2º - A escolha dos domicílios foi em parte aleatória e em parte dirigida. Nossa intenção era incluir, na amostra, residências do Bairro Operário. Por isso, enquanto nos encaminhávamos nesta direção, fazíamos as entrevistas. O roteiro seguido está no mapa nº 1. As entrevistas realizadas no Bairro Operário estão discriminadas. Como o número de questionários foi muito pequeno e não permitiu tratamento estatístico, as conclusões estão incliuídas no texto do relatório.
- 3º - Deve-se assinalar que as resposatas foram dadas pelas mulheres, excetuando-se apenas num caso, pois as visitas foram realizadas no horário de trabalho.
- 4º - As entrevistas não devem ser tomadas de maneira nenhuma, como conclusivas ou ao menos demonstrativas da realidade encontrada em Sinop. Serão apresentadas como "histórias do acaso" e com elas pretendemos contatar outro discurso, diferente daquele oriundo na empresa colonizadora ou na Prefeitura.
- Enumeramos os questionários de 1 a 12, na ordem em que as entrevistas foram realizadas.

ENTREVISTA Nº 1

A família ganhou o lote urbano quando comprou o lote rural. A casa foi construída pelo marido com a ajuda da família e está toda paga. Não se lembra quanto custou, pois foi há cinco anos, data da chegada a Sinop.

A residência é dotada de água encanada e banheiro interno com fossa negra. Casa é de madeira.

Se pretendessem vender o imóvel, encontraríamos compradores com facilidade, pois a localização é excelente e chegam muitos novos migrantes a procura de residência.

O casal vendeu um imóvel no município de origem, Nova Esperança-PR, e com o dinheiro apurado, comprou o lote rural (que mantém como principal fonte de rendimento), construiu a casa na cidade e manteve-se até a terra produzir.

A venda do primeiro imóvel rural deu-se por motivos de herança: a terra do pai do marido foi dividida entre os herdeiros e tornou-se muito pequena para a exploração e sustento familiar, com o passar dos anos e cultivos consecutivos.

Antes de mudar-se para o domicílio atual, morava em casa própria, na roça, em Nova Esperança.

Moram na residência oito pessoas: marido, mulher , três filhos solteiros, o filho casado, a nora e o neto.

Trabalham três pessoas; o marido, o filho casado na roça, de onde vêm a cada quinze dias; uma filha é professora primária na escola municipal.

Só foi possível apurar o rendimento da professora, o salário mínimo, pois os rendimentos da agricultura são variáveis.

Não há desempregados na família e as mulheres casadas não trabalham.

Gostam todos de morar em Sinop, mas a mulher preferiria morar na roça e não o faz porque tem dois filhos menores ainda estudando.

O marido tem 45 anos e é originário de Pederneiras-SP. Coursou até o segundo ano primário, trabalhando na agricultura logo a seguir. Migrou com a família dos pais de Pederneiras para Paranavaí-PR e daí, para Nova Esperança.

A mulher tem 41 anos e é originária de Jaú-SP. Possui o primeiro grau incompleto (apenas o segundo ano primário). Migrou com os pais para Florai-PR.

Casaram-se em Florai, há 22 anos, e mudaram-se para Nova Esperança, de onde vieram para Sinop.

Os quatro filhos nasceram em Nova Esperança.

O filho mais velho estudou até o primeiro ou segundo ano primário, pois precisa ajudar o pai na roça. A filha possui o segundo grau completo. Os dois menores ainda estudam. Percebe-se que depositam muita esperança no filho mais novo, de que este termine seus estudos e chegue até a universidade.

A aspiração da família é a instalação de uma universidade, para que os filhos possam completar seus estudos sem necessidade de procurarem centros maiores.

ENTREVISTA Nº 2

A casa é cedida não pagam qualquer aluguel, apenas tomam conta, impedindo roubos ou danos. Os donos foram tentar o garimpo perto de Cuiabá.

O domicílio é dotado de água encanada e banheiro in terno, com fossa negra. A casa é de alvenaria.

A moradora não possui imóvel rural, pois além de ser muito idosa, trabalhou desde menina na roça e agora sofre da coluna. É proprietária de uma casa urbana, em Sinop, na qual morava antes e agora está alugada.

Antes de mudar-se para o norte do Mato Grosso, morava em imóvel rural próprio, de 4 alqueires, em Cunhaporã-SC, que vendeu para instalar-se em Sinop.

Morou durante cinco anos na residência anterior e três semanas na atual. Os proprietários do imóvel cedido estão para voltar do garimpo, pois não foram bem sucedidos. A moradora está procurando casa para alugar (o inquilino não se dispõe a rescindir o contrato de locação) e acha os aluguéis muito elevados para suas posses.

Residem na casa apenas a mãe e o filho menor. Só este trabalha numa firma e recebe o salário mínimo. Os outros filhos ajudam na despesa.

Gosta de morar em Sinop e não pretende mudar-se. Veio para o Mato Grosso porque em Cunhaporã faltava emprego para os filhos maiores e a terra não produzia o suficiente para o sustento de toda a família.

A mulher tem sessenta anos, nasceu em Caporé/RS, e cursou até o primeiro ano primário, trabalhando na roça logo a seguir.

Teve seis filhos que criou sozinha, pois se separou do marido muito cedo. Três filhos moram em Sinop e três fora.

As atividades exercidas pelos filhos são as seguintes:
um filho trabalha como pequeno agricultor e comer
ciante no Parã; uma filha trabalha em um hospital de Sinop; outro
filho é proprietário de empresa de construção em Sinop; uma filha
é casada e não trabalha fora. Já falamos sobre o filho mais moço.

Os filhos cursaram apenas o primário, sem terminã-
lo. As filhas têm o segundo grau completo e uma delas na universi
dade em São Paulo.

A mulher ainda solteira, migrou com os pais para Ca
razinho e Novaraí (ambos municípios do Rio Grande do Sul) e, de
pois de casada, para Concórdia e Cunhaporã (ambos em Santa Catari
na).

Sobre o marido não há referências.

ENTREVISTA Nº 3

O imóvel é próprio, já pago. Comprou-o, com a casa
já pronta, de terceiros e não sabe quem a construiu. Custou Cr\$
600.000,00 há dois anos. Foram feitas reformas na casa, realizadas
pela construtora. A casa é de madeira, dotada de água encanada e
banheiro interno, com fossa negra.

Caso pretendessem vender o imóvel, encontrariam com
pradores com facilidade.

A família é proprietária de um lote rural em Terra
Nova (município de Colider, Mato Grosso), que se encontra arrenda
do. Não venderam nenhum imóvel com o fim de adquirir outro em Sinop
e residiam, antes, em casa alugada.

Moram há três anos em Sinop, e dois na atual resi
dência.

A família constitui-se de 4 pessoas: marido, mulher e dois filhos, de dois anos e de um (1) mês, respectivamente.

O marido é corretor de imóveis e a mulher, costureira. O rendimento mensal varia em torno de Cr. 2.000.000,00.

Gostam de Sinop, mas podem mudar-se quando o trabalho do marido o exigir ou quando as crianças crescerem, para que possam continuar os estudos.

A idade do marido: 44 anos, natural de Joaçaba-SC, grau de instrução: 1º grau completo.

Idade da mulher: 36 anos, natural de Três Passos-RS, grau de instrução: 2º grau completo.

Casaram-se em Cuiabá, onde ambos residiam em solteiros, em 1980.

ENTREVISTA Nº 4

A casa é alugada e pagam por mês Cr\$ 25.000,00, aluguel antigo, pois moram na residência há três anos, logo que chegaram em Sinop.

A residência de madeira, é dotada de banheiro interno com fossa negra e água de poço.

A família é proprietária de lote rural, no loteamento da Companhia Imobiliária Rio Ferro. Para adquirí-lo, venderam a casa própria em Umuarama-PR.

A família compõe-se de 4 pessoas: marido, mulher e duas filhas. Trabalham três pessoas: marido e mulher na tecelagem e confecção de roupas, instalada na residência, e a filha, num banco. Anteriormente, a mulher trabalhara no escritório de uma cons

trutora e o marido, como operário numa fábrica de móveis e artefatos de madeira. Não informaram o rendimento familiar.

Gostam de morar em Sinop. Ao contrário do que acontecia em Umuarama, os negócios vão bem.

A idade do marido é 56 anos, natural de Coroa-SP ; grau de instrução: 1º grau incompleto. Idade da mulher: 49 anos, natural de Santa Cruz do Rio Pardo-SP; grau de instrução: 1º grau incompleto.

Da cidade natal, o marido mudou-se, ainda solteiro com os pais para Piraberú-PR e a mulher, solteira, com os pais para Mandaguari-PR, onde casaram-se, há 28 anos.

Na vida familiar, consta residência em Mandaguari , em Piraberú, em Umuarama, onde nasceram as filhas. Uma cursou o 2º grau completo e a outra ainda é estudante.

ENTREVISTA Nº 5

A casa, de madeira, está toda pronta e foi comprada do antigo proprietário, em 1978, ao preço de Cr\$ 35.000.000 . É dotada de água encanada e banheiro interno, com fossa negra. Não sabem que a construiu.

Caso estivessem interessados, alugariam ou venderiam a casa com facilidade, pois há grande falta de residência, devido ao constante afluxo de migrantes.

Venderam suas terras em Toledo-PR e abriram postos de gasolina na BR-163 e na cidade de Cláudia. Compraram seus chácaras nos arredores de Sinop, nas quais cultivam mandioca e frutas.

Em Toledo, moravam em imóvel próprio, chegaram em Sinop há oito anos e, a princípio alugaram casa.

Moram na residência sete pessoas: marido, mulher e cinco filhos. Trabalham quatro pessoas: marido, mulher e duas filhas, todos funcionários públicos. Os salários perfazem cerca de Cr\$ 1.800.000 . Não foram computados, por falta de informações, os rendimentos dos postos de gasolina (arrendados no momento) e das chácaras.

Gostam de morar em Sinop e não pretendem mudar-se.

Deslocaram-se de Toledo por falta de oportunidades de ascensão social.

O marido é natural de Passo Fundo-RS; mudou-se aos 14 anos para Toledo-PR; idade: 41 anos, grau de instrução: 1º grau completo.

A mulher tem 39 anos; natural de Sarandi-RS; mudou-se aos oito anos para Toledo; não completou o 1º grau.

Casaram-se em Toledo, há 21 anos, cidade na qual nasceram os quatro filhos mais velhos. O mais moço nasceu em Sinop. Três filhos são estudantes e dois possuem o 2º grau completo.

ENTREVISTA Nº 6 (Bairro Operário)

Dados Sobre o Imóvel

O imóvel é próprio, comprado há um ano por Cr\$ 1.800.000 , com a casa de alvenaria já pronta, do antigo morador. É servida de fossa negra tem banheiro interno e água encanada.

Querem vender a casa, pois pretendem mudar-se. Pedem Cr\$ 4.500.000 e está difícil encontrar comprador.

Não possuíam nenhum imóvel antes de mudar-se para Sinop, há 1 (um) ano atrás.

Dados sobre as atividades e Preferências dos moradores

A família compõe-se de marido, mulher, sogro e dois filhos.

Somente o marido trabalha como vendedor ambulante de uma firma de confecções. Não soube informar a renda mensal, pois esta não é fixa.

Não gosta de Sinop e pretendem mudar-se para São Paulo ou Paraná. Há pouco trabalho em Sinop para o ramo de atividades do marido.

Dados sobre a Família

O marido tem 28 anos, é natural de Açaí-PR e não completou o primeiro grau. Em solteiro, mudou-se para Vaiporã e Londrina-PR.

A mulher tem 30 anos e é natural de Sertanópolis-PR. Em solteira, mudou-se para Paranavaí-PR, e Londrina-PR.

Casaram-se em Londrina, há 7 anos. Têm dois filhos, de cinco e dois anos.

Residiram, anteriormente, em Chapecó e Xancerê-SC, de onde os filhos são naturais.

ENTREVISTA Nº 7

A casa, de madeira, é alugada de um parente que lhes cobra um preço muito baixo, Cr\$ 20.000, pois a família não está bem de finanças. Não há banheiro interno e o externo esgota diretamente no terreno. Pretendem construir, nesta estação seca, as instalações sanitárias internas. Há água encanada.

Não possuem imóvel, nem rural nem urbano. Em Santa Rosa-RS, cidade de origem, a família estava muito bem: era proprietária de um imóvel na rua principal. No andar de baixo, instalaram uma padaria e, no andar de cima, possuíam dois apartamentos, dos quais alugavam um. Os negócios não andavam bem em Santa Rosa e venderam sua propriedade com o intuito de migrar. Foram enganados na transação comercial e ficaram sem dinheiro. O pai do marido vendeu suas terras e as duas famílias deslocaram-se juntas. Pretendiam localizar-se em Santarém, mas o dinheiro acabou em Sinop e resolveram ficar.

Parentes e amigos, já residentes em Sinop e nas imediações, aconselharam-lhes a tornarem-se posseiros em terras fora da Gleba Celeste e candidataram-se a um lote rural do INCRA. Não aceitaram pois os filhos ficariam sem escola. Entretanto, gostariam de ser agricultores. Pretendem, no futuro, comprar terras agrícolas, mas fora da Gleba Celeste, na qual os imóveis tornaram-se muito caros para suas posses.

Estão em Sinop há um ano e sempre na mesma casa e gostam de morar na cidade. Não pretendem mudar-se, a não ser para um lote rural, mas não voltariam ("daqui não se volta", só se vai para a frente), por que a cidade de origem não oferece possibilidades de melhorar os negócios. Reconhecem, entretanto, que foi um erro aventurarem-se tão longe e deixarem se levar pelo sonho de serem agricultores em Mato Grosso.

Moram na casa sete pessoas: o sogro, a sogra, o marido, a mulher e três filhos menores.

Trabalham: o sogro, como freteiro com caminhão próprio, e o marido, numa padaria. Somente foi precisado o salário do marido Cr\$ 150.000 por mês. Os fretes são intermitentes e as

despesas com a manutenção do caminhão muito grandes para se poder fazer uma avaliação dos rendimentos, provavelmente muito baixos.

O marido tem 36 anos; nasceu em Geruá-RS; 1º grau incompleto. Em solteiro, mudou-se com os pais para Santa Rosa-RS.

A mulher tem 31 anos; natural de Passo Fundo-RS; 1º grau incompleto. Em solteira mudou-se com os pais para Santa Rosa.

Casaram-se em Santa Rosa, há 11 anos. Depois de casados, moraram em Santa Rosa, Guarujá do Sul e São José dos Cedros-SC e Santa Rosa do Sul-PR. Cada filho nasceu em uma cidade. Os dois maiores, de oito e seis anos, estudam no colégio público.

(NOTA: Parece ser comum, pelo que notei desta entrevista, a prática de agricultores sem terra e sem dinheiro para comprá-las, invadiram áreas não cultivadas e esperaram a regularização do INCRA, seja nos locais onde se realizou a invasão, seja em outra).

ENTREVISTA Nº 8 (Bairro Operário)

Dados sobre o Imóvel

O imóvel é próprio. Pagaram o lote em 1(um) ano, ao preço de Cr\$ 40.000. O marido construiu a cada com o auxílio de amigos e gastou Cr\$ 100.000, aproximadamente. O domicílio é servido de água encanada, mas não possui fossa.

Se pretendessem vender seu imóvel, encontrariam dificuldades em fazê-lo. Venderam um imóvel na cidade de origem, Enjoara-MG, e, com o dinheiro compraram mais uma casa urbana em Sinop, que mantém alugada. Possuem, portanto, dois imóveis em Sinop.

Antes de residir na casa atual, moraram de aluguel. Compraram ambos os imóveis da Imobiliária Sinop.

Dados sobre as atividades e preferências dos Moraes

Mora na casa o marido, a mulher e dois filhos, um de três anos e outro de 10 meses.

Só o marido trabalha, numa firma não especificada. Ganha Cr\$ 250.000 por mês.

Gosta de Sinop, porque o marido ganha bem.

Dados sobre a Família

Idade do marido: 36 anos, nascido em Andradina-SP; 1º grau incompleto.

Idade da mulher: 20 anos, nascida em Júlio de Mesquita-SP; 1º grau incompleto.

Em solteira a mulher mudou-se, com os pais, para Enjoara-MT, em 1979. Os pais venderam a terra que possuíam, porque esta quase não produzia mais (terra gasta).

Casaram-se em Enjoara, em 1980, mudaram-se para Sinop, e só moraram nesta localidade.

Os dois filhos nasceram em Sinop.

ENTREVISTA Nº 9

Dados sobre o Imóvel.

A casa é alugada por Cr\$ 55.000 por mês e é servida de fossa negra com banheiro interno e água encanada.

Não possuem imóvel em lugar nenhum, nem antes de se mudarem para Sinop. O marido, em solteiro, não possuía imóvel.

Mora há nove anos em Sinop e seis meses na casa.

Dados sobre as Atividades e Preferências dos Moraes

Residem no domicílio, o marido, a mulher e dois filhos.

Somente o marido trabalha como motorista, numa firma de construção e ganha Cr\$ 200.000.

Gostam de Sinop e não gostariam de mudar-se.

A mulher mudou-se para Sinop com a família dos pais, que foram contratados para tomar conta de uma fazenda.

O marido veio para o norte de Mato Grosso para "derrubar mato".

Dados sobre a Família

Idade do marido: 37 anos, natural do Japão, de onde veio aos treze anos; é analfabeto.

Idade da mulher: 28 anos, natural de Paranavaí-PR, 1º grau incompleto.

Casaram-se em Sinop, há nove anos. Durante a vida de casados, mudaram-se para Itapuã-SP, cidade onde nasceram os filhos de seis e cinco anos. Depois, mudaram-se para Baurú-SP, mudaram-se novamente para o norte do Mato Grosso, onde o marido trabalhou em diversas fazendas, na localidade de Carmem, município de Sinop e na própria cidade, sem emprego certo.

ENTREVISTA Nº 10Dados sobre o Imóvel

O domicílio é próprio. Comprou um lote em 1976, por Cr\$ 5.000, e demorou três anos para construir a casa, com a ajuda dos filhos. Foi a casa mais simples e mal cuidada de todas as entrevistas. Gastou com material de construção cerca de Cr\$ 18.000, . Possui água encanada, mas a privada, sem fossa é externa.

Se quizesse vender o imóvel, encontraria logo comprador, pois é muito bem localizada. Comprou o imóvel direto da imobiliária Sinop. Vendeu uma data em Luanda-SP (lote rural pequeno) para comprar a residência atual.

Antes de se mudar, em 1977, morava em lugar não informado e, em Luanda, em casa na roça.

Dados sobre as Atividades e Preferências dos Moradores

São nove os residentes no domicílio: o marido, a mulher, cinco filhos e um neto.

Trabalham duas pessoas e um filho é desempregado. O pai trabalha em serviços variados, sem emprego fixo, um filho trabalha numa firma.

Gostam de Sinop, mas se achassem lugar com melhores oportunidades, todos se mudariam.

Estabeleceram-se em Sinop porque no Paraná o marido era bôia-fria e ganhava muito pouco, apesar de cultivar, também pequeno lote próprio.

A renda dos trabalhadores não foi especificada. Parece não ser fixa.

Dados sobre a Família

Idade do marido: 72 anos, nascido em Itabira-MG , quase analfabeto, aprendeu a "rabiscar" por conta própria.

Idade da mulher: 70 anos, natural de Birigui-SP.

Casaram-se em Pereira Barreto-SP, localidade na qual nasceram três filhos. Mudaram-se para Querência do Norte-PR, onde nasceu outro filho, e para Luanda-PR, onde nasceu o quinto. Estão casados há mais de 30 anos.

Apenas o filho mais moço é estudante e os outros não terminaram o 1º grau.

ENTREVISTA Nº 11Dados sobre o imóvel

A casa é cedida, pertence ao irmão e é dotada de fossa negra, banheiro interno e água encanada.

Nunca possuíram imóvel em nenhum lugar. Antes de morar em Sinop, residiam em casa alugada.

Estão na localidade há um mês e na mesma habitação.

Dados sobre as Atividades e Preferências dos Moradores

Sete pessoas residem no domicílio: marido, mulher, dois filhos, o irmão e a irmã da mulher.

Trabalham duas pessoas, o marido e o irmão, empregados na construção civil. O salário não foi especificado.

Não gosta de Sinop e quer voltar.

Mudaram-se, porque o pai da mulher comprou terra rural e acenou-lhes com melhores condições de vida.

Dados sobre a família

O marido é natural de Tucunduva-RS, tem 33 anos e 1º grau incompleto; a mulher, 28 anos, 1º grau incompleto e nasceu em Tuparindi-RS.

Casaram-se em Tucunduva, há 10 anos e nunca saíram de lá. Os filhos são naturais desta localidade e ambos estudam.

ENTREVISTA Nº 12

Dados sobre o Imóvel

O imóvel é próprio, quitado. Ganharam o lote urbano quando compraram o lote rural. O pai e o irmão construíram a casa, que custou Cr\$ 4.000.000 (acho superestimado o valor), há 1 (um) ano e meio. É servida de fossa negra, com banheiro interno, água encanada e poço auxiliar. Se quizesse vender a cada encontrariam comprador facilmente, pelo preço de Cr\$ 9.000.000 ou Cr\$ 10.000.000, (acho superestimado o preço, mas a casa é de alvenaria).

Venderam um sítio no lugar de origem em Maristela-PR, mas moraram na cidade, em casa própria que também foi vendida.

Possuem lote rural.

Mudaram-se em 1978 para Sinop, e, inicialmente, moraram em casa alugada.

Dados sobre as Atividades e Preferências dos Moradores

Residem no domicílio seis pessoas: o marido, a mulher e quatro filhos. Um filho está em Curitiba, terminando o mestrado.

Trabalham quatro pessoas: o marido é lavrador e pedreiro; dois filhos trabalham no banco e uma filha é comerciante. Os rendimentos mensais foram estimados em mais de Cr\$1.000.000,

Não há desempregado na família.

Gostam de Sinop e não pretendem mudar-se.

Migraram para ter oportunidade de ter alguma coisa de seu, pois no lugar de origem havia falta de oportunidade.

Dados sobre a família

Idade do marido: 57 anos, natural de Birigui-SP, 1º grau incompleto. Idade da mulher: 51 anos, natural de Birigui-SP, 1º grau incompleto.

Casaram-se há 28 anos, em Birigui. Mudaram-se depois para Mirandópolis-SP e para Maristela-PR.

Um dos filhos tem universitário completo, três, o 2º grau completo e um é estudante.

7. CADASTRO IMOBILIÁRIO

O Cadastro Imobiliário tem como principal finalidade apresentar uma análise sucinta do imóvel, à Prefeitura com a finalidade de cobrança do IPTU. Consta desta descrição, entre outros, os elementos abaixo relacionados. Há 6.300 imóveis cadastrados e que pagam IPTU. A amostra foi pequena, 29 fichas cadastrais, mas abrange as áreas centrais e o Bairro Operário, a Zona 02. Se o número de unidades cadastrais foi pequeno, são, entretanto, bastante significativas, pois abrangeram tanto a área central quanto as periféricas.

A escolha dos cadastros foi aleatória e só posteriormente, soubemos da existência do Bairro Operário. A nomenclatura utilizada foi a mesma que consta da ficha cadastral.

SITUAÇÃO DOS IMÓVEIS URBANOS
MUNICÍPIO DE SINOP - MATO GROSSO

Nº DE IMÓVEIS - 29

DATA - 1984

Ocupação %	Proprietários %	Caracterização do imóvel %	uso do imóvel %
construídos - 22 75,8	particulares - 25 86,3	residências - (casas) - 22 - 75,8	próprio - 20 68,9
não construídos - 7 24,2	Imobiliária Sim - 4 13,7	sem uso - 7 - 24,2	alugados - 2 6,9
29 100,0	29 100,0	29 100,0	sem uso - 7 24,2
			29 100,0
Utilização do imóvel %			
ocupado - 19 - 66,5			
abandonado - 1 - 3,5			
vago - 2 - 6,9			
n/construído - 7 - 24,1			
29 100,0			

FONTE: Prefeitura Municipal de Sinop
Cadastro Imobiliário - 1983

CARACTERIZAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS URBANAS
MUNICÍPIO DE SINOP - MATO GROSSO
Nº DE RESIDÊNCIAS - 22
DATA - 1984

Revestimento externo %	Piso %	Forro %	Cobertura %
calafateado-7- 31,9 óleo -3- 13,6 madeira-4- 18,2 s/investi- mento-8- 36,3 <u>22-100,0</u>	cerâmica-2- 2,1 cimento -9-40,9 cimento e tábua -8-36,4 cerâmica e tábuas-2- 9,0 serrada -1- 4,6 <u>22-100,0</u>	inexistente -10 45,5 madeira -12 54,5 <u>22 100,0</u>	cimento-14 63,6 telhas - 8 36,4 <u>22 100,0</u>
Tipo de construção %	Instalação sanitária %	estrutura %	Instalação elétrica %
madeira-19 86,5 alvenaria - 2 9,0 alumínio e madeira - 1 4,5 <u>22 100,0</u>	interna-19 86,4 externa- 3 13,6 <u>22 100,0</u>	alvenaria-13 59,2 cimento - 1 4,5 madeira - 1 4,5 concreto - 7 31,8 <u>22 100,0</u>	aparente 10 45,5 embutida 10 45,5 inexistente 2 9,0 <u>100 100,0</u>
Estado de conservação %	Serviços domiciliares %	Sim	Não
ótimo -1 4,6 bom -17 77,3 regular- 4 18,1 <u>22 100,0</u>	esgotos água encanada água de poço luz rede telefônica coleta lixo fossa	20 16 20 15 3 15 22	2 6 2 7 (na zona 02) 19 7 (na zona 02)

FONTE: Prefeitura Municipal de Sinop
Cadastro Imobiliário - 1983

SERVIÇOS URBANOS
MUNICÍPIO DE SINOP - MATO GROSSO
DATA - 1984

ZONA \ SERVIÇOS	01	SRN	02
esgoto	não	não	não
água encanada	não	sim	não
calçamento	não	não	não
limpeza urbana	sim	sim	sim
galeria de água flu vial	não	não	não
rede telefônica	não	sim	não
coleta lixo	sim	sim	não
iluminação pública	sim	sim	não

FONTE: Prefeitura Municipal de Sinop
Cadastro Imobiliário - 1983

DIMENSÕES DOS IMÓVEIS URBANOS
MUNICÍPIO DE SINOP - MATO GROSSO
DATA - 1984

Dimensões do terreno (m ²)	Nº	Dimensões da construção (m ²)	%	Testado do imóvel	(m)	%
450	1	40 - 70 - 3	13,7	15 -	10 - 50	
459	4	71 -100 - 7	31,8	16a 20 -	6	27,3
510	3	101 -130 - 5	22,8	21a 25 -	0	0
525	4	131 -160 - 1	4,5	26a 30 -	0	0
575	3	161 -190 - 2	9,0	31a 35 -	2	9,1
675	10	+ de 190 - 4	18,2	36a 40 -	2	9,1
680	3		22	41a 45	0	0
1.470	<u>1</u>			46a 50	<u>1</u>	<u>4,5</u>
	29				22	100

FONTE: Prefeitura Municipal de Sinop
Cadastro Imobiliário - 1983

8. CADASTRO SÓCIO-ECONÔMICO URBANO

O cadastro foi elaborado em 1983, apresentando como o número de domicílios pesquisados: na época eram 4.000. É dividido em duas partes: uma, referente aos dados sócio-econômicos do chefe de família e moradores e, outra, aos confortos modernos, como rádio, televisão, telefone e veículos.

Por isso, a presente análise constará, também, de duas partes: 1º) referente aos moradores e 2º) referente aos confortos modernos.

Foram pesquisados 110 cadastros.

Hã, também, dados sobre a situação do morador e a profissão do proprietário do imóvel, mas estes últimos são muito incompletos. Desta maneira, em cada tabela, faremos referência ao número de fichas cadastrais que serviram de base para o cálculo.

(Continuação) DADOS SOBRE OS CHEFES DE FAMÍLIA URBANOS

CIDADE DE SINOP - MATO GROSSO

Nº DE FICHAS CADASTRAIS - INDICADOS NO FINAL DOS DADOS

DATA - 1984

	Profissões	Nº	
	borracheiros	1	
	eng. civís	1	
	costureiras	1	
	não especificado	1	
		<u>106</u>	

FONTE: Prefeitura Municipal de Sinop
 Cadastro Sócio-econômico - 1983

MORADORES URBANOS: PROPRIETÁRIOS E INQUILINOS

MUNICÍPIO DE SINOP - MATO GROSSO

Nº DE FICHAS CADASTRAIS - INDICADOS NO FINAL DOS DADOS

DATA - 1984

Situação do morador	nº	%	Ocupações dos locadores	nº	%
proprietário	41	54,6	agricultores	5	19,2
inquilino	<u>34</u>	<u>45,4</u>	serviços urbanos	2	7,6
TOTAL	75	100,0	construção civil	4	15,3
			indústria madeireira	1	3,8
			bancário	2	7,7
			comércio	3	11,6
			corretor	1	3,8
			religioso	1	3,8
			industrial	5	19,2
			Funcionário público	1	3,8
			prof. liberais	<u>1</u>	<u>3,8</u>
			TOTAL	26	100,0

FONTE: Prefeitura Municipal de Sinop
 Cadastro Sócio-Econômico - 1983

DADOS SOBRE OS MORADORES URBANO - EXCETO O CHEFE DE FAMÍLIA
MUNICÍPIO DE SINOP - MATO GROSSO
Nº DE FICHAS CADASTRAIS - INDICADOS NO FINAL DOS DADOS

Nº de moradores no domicílio	%	Homem e mulheres/domicílio						
		H	nº	%	M	nº	%	
1 a 2	13	16,5	1 a 2	47	61,8	1 a 2	47	61,8
3 a 4	32	40,6	3 a 4	23	30,3	3 a 4	25	32,5
5 a 6	22	27,8	5 a 6	6	7,9	5 a 6	5	6,5
7 a 8	8	10,1	7 a mais	0	0	7 a mais	0	0
9 a 10	4	5,0		<u>76</u>	<u>100%</u>		<u>77</u>	<u>100%</u>
11 a mais	<u>0</u>	<u>0</u>						
	79	100,0						

FONTE: Prefeitura Municipal de Sinop
Cadastro Sócio-Econômico - 1983

CONFORTOS MODERNOS URBANOS
MUNICÍPIO DE SINOP
DATA - 1984

	MEIOS DE COMUNICAÇÃO				VEÍCULOS			TELEFONE		
	sim	%	não	%	sim		%	sim		%
rádio	84	26,5	23	20,9	sim	28	25,4	sim	18	16,3
TV	<u>72</u>	<u>65,5</u>	<u>34</u>	<u>30,9</u>	não	82	74,5	não	92	83,6
	156	100,0	57							
rádio+TV	62	56,36								
s/rádio/TV	13	11,8								

FONTE: Prefeitura Municipal de Sinop
Cadastro Sócio-Econômico - 1983